

***Aché Laboratórios
Farmacêuticos S.A. e
Controladas***

*Demonstrações Contábeis Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2010 e
Relatório dos Auditores Independentes
Sobre as Demonstrações Contábeis*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Senhores Acionistas,

A Administração do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, vem submeter à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações Contábeis.

Mensagem da administração

O ano de 2010 foi marcado por conquistas relevantes para o Aché.

A Companhia confirmou sua liderança na geração de Receita Médico e cresceu sua participação de mercado em produtos de Prescrição e Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP) que representam juntos, mais de 80% de seu faturamento.

No segmento de Genéricos, a postura comercial dos concorrentes, que abriram mão da rentabilidade em benefício de movimentos societários pontuais, levou a Companhia a reduzir sua participação neste mercado, preservando sua rentabilidade e preparando o crescimento futuro com base em novos lançamentos de produtos neste segmento.

Foi, também, um ano voltado a preparar as bases para um novo ciclo de expansão, pois a Companhia continuou investindo fortemente na renovação de seu portfólio e expandiu sua Força de Vendas responsável pela Geração de Demanda, contratando mais de 250 representantes, preparando assim o caminho para o lançamento dos futuros produtos que se encontram em fase de registro.

Destaques do ano em 2010

- ✓ Receita Bruta de R\$ 2.281,8 milhões, 5,8% superior em relação ao período anterior;
- ✓ Receita Líquida de R\$ 1.266,0 milhões, 5,9% superior em relação ao período anterior;
- ✓ Lucro Líquido de R\$ 332,4 milhões, 20,8% superior ao período anterior representando 26,3% da receita líquida;
- ✓ Obtenção de registro de 7 novos produtos junto à ANVISA no 4T10, totalizando 24 no ano;
- ✓ Lançamento de 4 novos produtos no 4T10, totalizando 13 no ano;
- ✓ Lançamento do 1º produto com marca Aché no México (Bicartial – Lotar no Brasil);
- ✓ Aquisição de 50% da Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.

Principais indicadores financeiros - consolidados

(R\$ milhões)	4T 09	4T 10	Var (%)	2009	2010	Var (%)
Receita Bruta	525,6	612,0	16,4%	2.157,2	2.281,8	5,8%
Receita Líquida	286,1	341,3	19,3%	1.196,0	1.266,0	5,9%
Lucro Bruto	231,6	281,7	21,6%	919,3	1.014,3	10,3%
<i>% Receita Líquida</i>	81,0%	82,5%	1,6 p.p	76,9%	80,1%	3,3 p.p
Lucro Líquido	71,0	137,0	93,0%	275,2	332,4	20,8%
<i>% Receita Líquida</i>	24,8%	40,1%	15,3 p.p	23,0%	26,3%	3,2 p.p
EBITDA (ajustado)	78,4	101,8	29,7%	404,3	416,0	2,9%
<i>% Receita Líquida</i>	27,4%	29,8%	2,4 p.p	33,8%	32,9%	-1,0 p.p

I – Visão Geral

A receita líquida consolidada no ano foi de R\$ 1.266,0 milhões, 5,9% superior ao consolidado do mesmo período do ano anterior. No 4T10 a receita líquida foi de R\$ 341,3 milhões, 19,3% superior ao mesmo período do ano anterior. No 4T10 o EBITDA foi de R\$ 101,8 milhões, 29,7% superior ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA consolidado no ano alcançou R\$ 416,0 milhões, 2,9% superior comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado está alinhado às expectativas da Companhia em função dos investimentos realizados na expansão da força de demanda para visitação médica e na renovação do portfólio, cujo prazo de maturação é superior a um ano. A margem do EBITDA alcançou 32,9% sobre a receita líquida. O lucro líquido foi de R\$ 332,4 milhões, representando uma evolução de 20,8% em rela o ao mesmo período do ano anterior.

II – Contexto do Negócio

1. Mercado Farmacêutico Total – MFT

Com crescimento acima do PIB, o mercado farmacêutico brasileiro encerrou 2010 com 20,1% de evolução em valor e 17% em unidades.

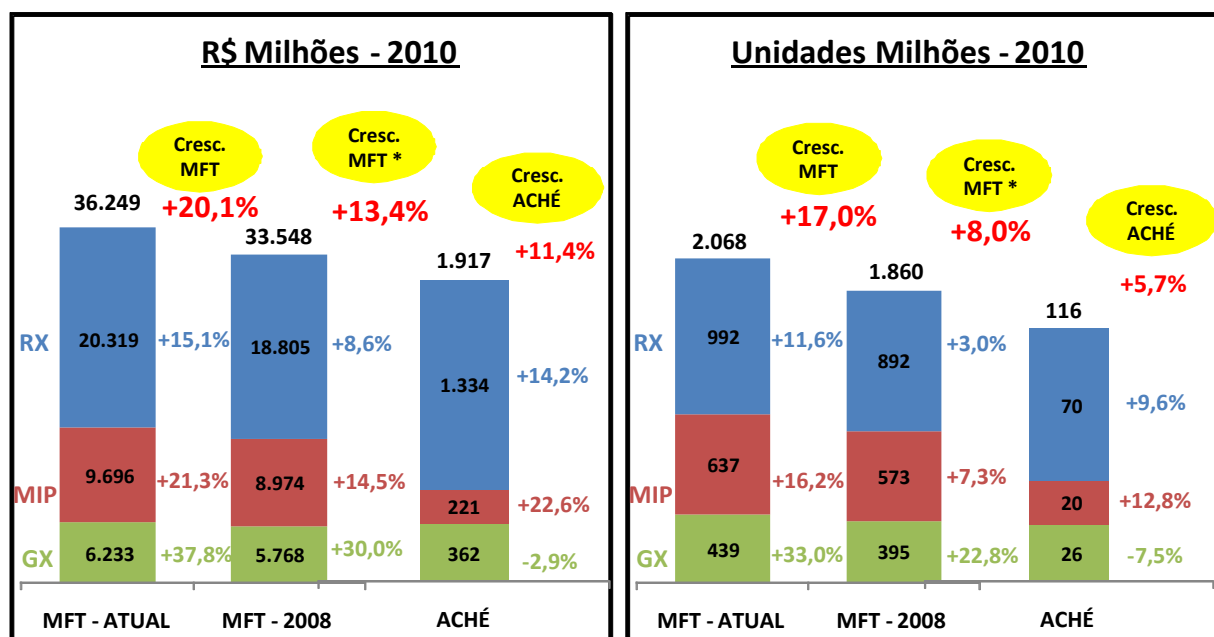
Entretanto, se descontarmos o efeito de expansão da base de informantes do IMS (instituto de pesquisa especializado em auditar a demanda do mercado farmacêutico) que, desde julho de 2009 vem incluindo novos atacadistas em seu painel com o intuito de melhorar o percentual de capta o e conseqüentemente a mensura o do mercado total, porém sem tratamento retroativo na amostra de dados estatísticos, o MFT teria um crescimento de 13,4% em valor e 8% em unidades, quando comparado com o ano anterior.

O mercado de medicamentos de prescrição, que representa 56% do MFT em valor, cresceu 15,1% comparado ao ano de 2009 em valor e 11,6% em unidades. O mercado de medicamentos isentos de prescrição, que representa 27% do MFT em valor, cresceu 21,3% comparado ao ano de 2009 em valor e 16,2% em unidades. O mercado de medicamentos genéricos, que representa 17% do MFT em valor, cresceu 37,8% comparado ao ano de 2009 em valor e 33,0% em unidades.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do MFT comparando o painel atual de informantes com o de 2008, que desconsidera novos informantes e a evolução do Aché.

% de Crescimento do Mercado x Aché

Ano 2010 x Ano 2009



Fonte: IMS
MFT: Mercado Farmacêutico Total
MFT - 2008: Painel 2008 de Informantes

Nota de esclarecimento (1): As análises de mercado baseiam-se em dados fornecidos pelo IMS. É importante destacar que, apesar de serem bastante difundidas e servirem de referência para a maior parte do setor, as informações podem induzir a uma imagem distorcida do posicionamento relativo das empresas no ranking, com relação a valores e unidades. Isso acontece porque o cálculo da demanda leva em conta o total de unidades distribuídas e o preço fábrica, sem considerar o valor real de venda. A distorção é ainda maior nos produtos genéricos, que oferecem descontos significativos em relação ao preço fábrica.

*Nota de esclarecimento (2): **Painel 2008** - considera os dados de demanda dos informantes (distribuidores e redes) do IMS sem as inclusões ocorridas durante os anos de 2009 e 2010.*

2. O Aché no Mercado Farmacêutico Total - MFT

A demanda da Companhia alcançou em 2010 R\$ 1,9 bilhão, valor 11,4% superior a 2009. Em unidades, a demanda do Aché atingiu 116,2 milhões com aumento de 5,7%. Esse crescimento se deu principalmente em função do bom desempenho dos segmentos de prescrição e de medicamentos isentos de prescrição (MIP).

Na geração de receituário médico, seu principal segmento de atuação, o Aché é o líder do mercado farmacêutico com uma participação de 6,31%, tendo ampliado a diferença em relação ao 2º colocado de 0,29 ponto percentual para 0,83 ponto percentual.

Unidade de Negócios de Prescrição:

Com mais de 70% de representatividade no faturamento da Companhia, a demanda dessa unidade atingiu R\$ 1,3 bilhão e 70,3 milhões de unidades com evoluções de 14,2% (quase o dobro do crescimento do mercado comparável – painel 2008) e 9,6% (quase o triplo do crescimento do mercado comparável – painel 2008), respectivamente.

Em 2010 a Companhia optou pela estratégia de consolidar a sua liderança em receituário, através do aumento de capilaridade da visita médica e preparar-se para os lançamentos dos produtos em fase de registro, investiu na criação de duas novas linhas de visita médica com a contratação de 256 novos colaboradores, incorporados ao quadro de efetivos no início do ano.

Nesse período a Companhia lançou novos medicamentos e extensões de linha em diversos segmentos tais como: Sistema Nervoso Central, Sistema Cardiovascular, Dermatologia, Sistema Respiratório, Saúde Feminina e Dermocosméticos.

Na tabela abaixo, destacamos os produtos com os principais crescimentos da unidade de prescrição, na demanda em reais, quando comparado o ano de 2010 com 2009:

Prescrição % Evolução 2010 Vs 2009

RK	Produto	\$ Reais
1	Artrosil	155,2%
2	Diosmim	42,6%
3	Remilev	41,9%
4	Alenia	31,4%
5	Levoid	29,5%
6	Rufapin	29,3%
7	MioNevrix	25,5%
8	Novamox	22,7%
9	Cefalium	22,6%
10	Tolrest	22,1%
11	Digeplus	21,7%
12	Cefaliv	21,0%

Com relação ao desempenho dos lançamentos em seus respectivos mercados, destaque para: **Exodus** (lançado em setembro de 2009) que atingiu a 3ª posição no ranking de demanda em reais e market share de 4,1% em 2010, sendo considerado um dos melhores desempenhos de lançamento no mercado farmacêutico nos últimos anos.

Unidade de Negócios Medicamentos Isentos de Prescrição - MIP:

A unidade MIP também apresentou um desempenho positivo no ano de 2010 com a demanda atingindo R\$ 221,1 milhões, obtendo uma evolução de 22,6%. Esse crescimento é 56% maior que o crescimento do mercado comparável – painel 2008. Em unidades a demanda foi de 19,9 milhões com evolução 12,8%. Esse crescimento é 75% maior que o crescimento do mercado comparável – painel 2008.

Na tabela abaixo, destacamos os principais crescimentos da unidade MIP:

MIP		
% Evolução		
2010 Vs 2009		
RK	Produto	\$ Reais
1	Rosaclean	398,9%
2	Eucerin Lip Balm	286,4%
3	Doraliv	167,9%
4	Eucerin Fluido	145,8%
5	Dayvit	101,2%
6	Eucerin Pele Seca	41,3%
7	Eucerin PH5	39,4%
8	Flagass	31,1%
9	Flogoral	25,8%
10	Decongex Plus	24,1%

Vale destacar que o Sintocalmy, produto lançado em março de 2010, já é a segunda marca mais prescrita com uma participação de 14,6% no receituário médico.

Unidade de Negócios Genéricos:

O mercado de Genéricos tem sido marcado pela agressividade comercial dos concorrentes, às vezes decorrentes de necessidades pontuais de crescerem suas participações de mercado à custa de forte compressão nas margens de lucratividade.

A Companhia, nesse cenário, optou por preservar sua rentabilidade enquanto prepara seu crescimento pautado em novos lançamentos de produtos no segmento – são atualmente 24 produtos aguardando deferimento de registro junto a ANVISA.

Com isso, em 2010, a demanda de Genéricos alcançou R\$ 361,7 milhões e 26,1 milhões de unidades (retração de -2,9% em valor e -7,5% em unidades) quando comparado com 2009.

III – Desempenho Econômico – Financeiro

Resultado Consolidado

(R\$ milhões)	4T 09	s / RL	4T 10	s / RL	2009	s / RL	2010	s / RL
Receita Bruta	525,6	183,7%	612,0	179,3%	2.157,2	180,4%	2.281,8	180,2%
Receita Líquida	286,1	100,0%	341,3	100,0%	1.196,0	100,0%	1.266,0	100,0%
Lucro Bruto	231,6	81,0%	281,7	82,5%	919,3	76,9%	1.014,3	80,1%
Vendas e Administrativas	(133,3)	-46,6%	(153,4)	-44,9%	(518,1)	-43,3%	(584,4)	-46,2%
Outras Operacionais	(23,2)	-8,1%	(16,7)	-4,9%	(25,6)	-2,1%	(39,3)	-3,1%
Lucro Operacional (EBIT)	75,1	26,2%	111,6	32,7%	375,6	31,4%	390,6	30,9%
Resultado financeiro líquido	3,9	1,4%	15,1	4,4%	10,9	0,9%	28,8	2,3%
Lucro antes IR/CSSL	79,0	27,6%	126,7	37,1%	386,5	32,3%	419,4	33,1%
Lucro Líquido	71,0	24,8%	137,0	40,1%	275,2	23,0%	332,4	26,3%
EBITDA (ajustado)	78,4	27,4%	101,8	29,8%	404,3	33,8%	416,0	32,9%

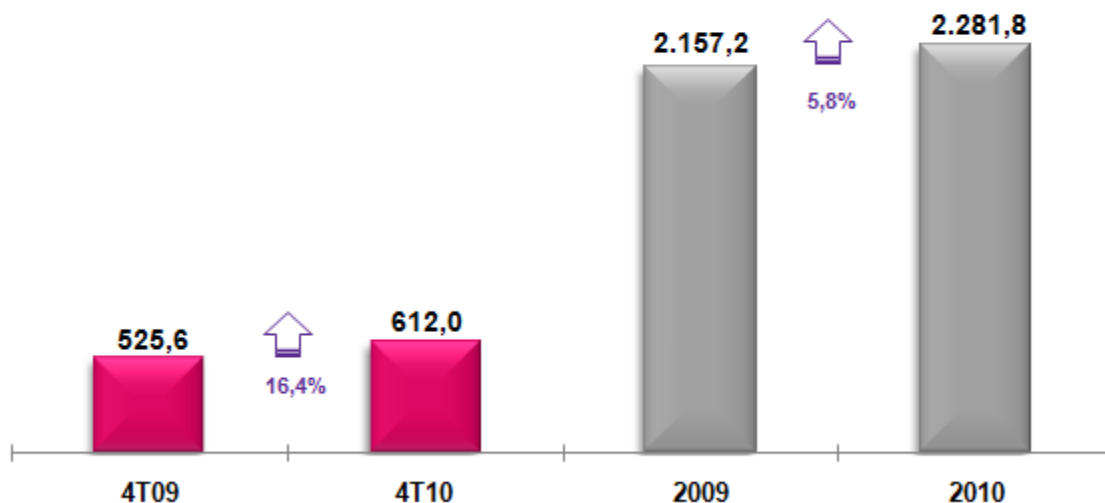
1. Receita Bruta

A receita bruta de vendas cresceu 5,8% em relação ao ano de 2009, atingindo R\$ 2.281,8 milhões.

No 4T10 a receita bruta foi de R\$ 612,0 milhões, 16,4% superior quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior.

Receita Bruta

R\$ MM

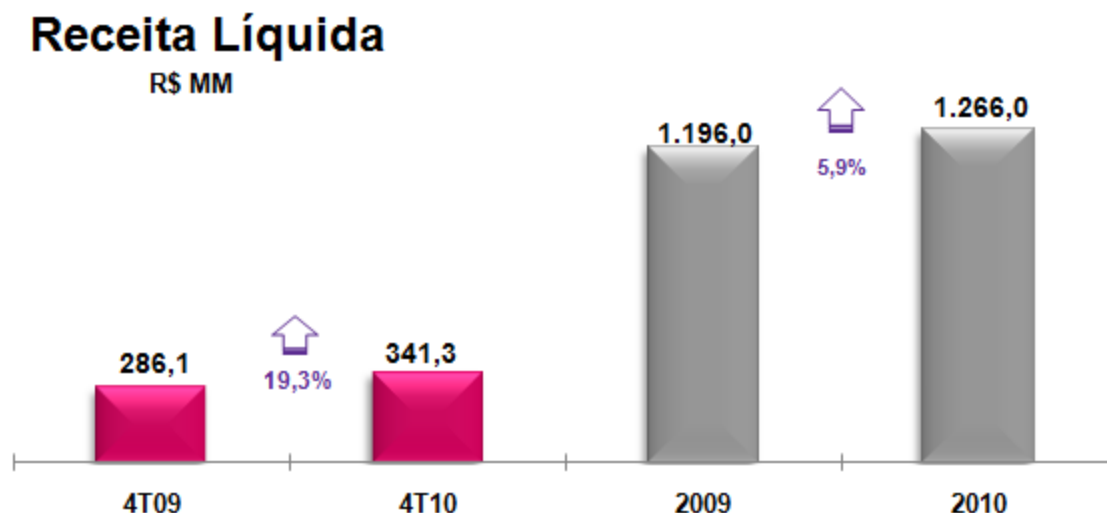


2. Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas cresceu 5,9% em relação ao ano de 2009, atingindo R\$ 1.266,0 milhões.

No 4T10 a receita líquida foi de R\$ 341,3 milhões, 19,3% superior quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior.

A participação na receita líquida, por unidade de negócio no acumulado do ano, foi a seguinte: Prescrição 79,7%, MIP 9,4% e Genérico 10,9%.



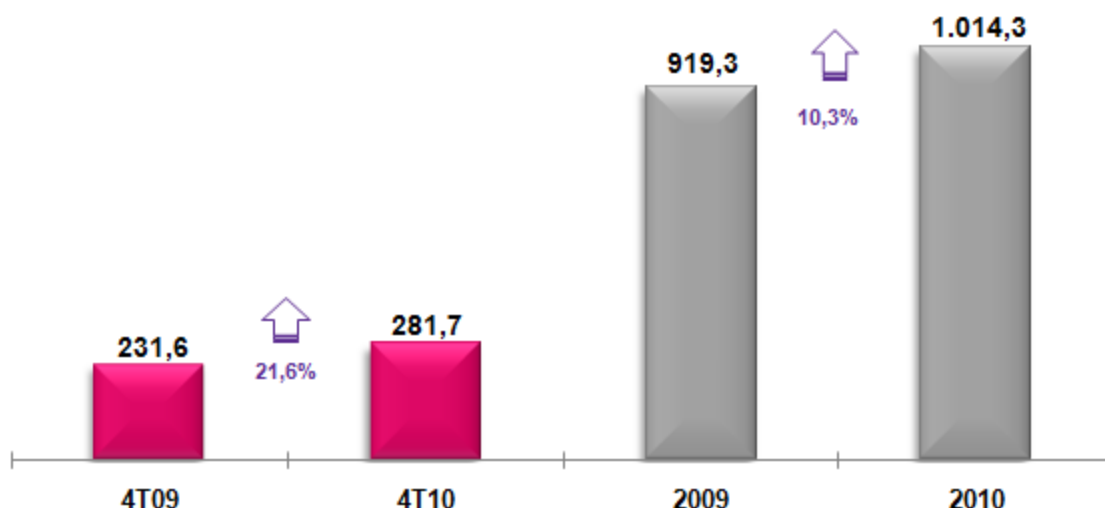
3. Lucro Bruto

A Companhia apresentou lucro bruto de R\$ 1.014,3 milhões, 10,3% superior em relação ao mesmo período acumulado em 2009.

No 4T10 o lucro bruto foi de R\$ 281,7 milhões, 21,6% superior quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

Lucro Bruto

R\$ MM



4. Despesas com Vendas

Em 2010 as despesas com vendas totalizaram R\$ 500,5 milhões, 39,5% da receita líquida. No 4T10 representaram R\$ 127,0 milhões, 37,2% da receita líquida, conforme quadro abaixo:

(R\$ milhões)	4T 09	s / RL	4T 10	s / RL	2009	s / RL	2010	s / RL
Despesas com Vendas	109,3	38,2%	127,0	37,2%	434,4	36,3%	500,5	39,5%

O investimento feito na ampliação da força de demanda de visitação médica, 256 novos colaboradores admitidos durante o 1T10, fez com que as despesas com vendas em 2010 atingissem patamares relativos à receita líquida, superiores ao do mesmo período de 2009: 39,5% em 2010 contra 36,3% em 2009. Esse investimento visou dotar a Companhia de equipe qualificada para os lançamentos futuros.

5. Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas em 2010 totalizaram R\$ 84,0 milhões, 6,6% da receita líquida. No 4T10 representaram R\$ 26,4 milhões, 7,7% da receita líquida:

(R\$ milhões)	4T 09	s / RL	4T 10	s / RL	2009	s / RL	2010	s / RL
Despesas gerais e administrativa	23,9	8,4%	26,4	7,7%	83,7	7,0%	84,0	6,6%

6. EBITDA Ajustado

O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), acumulado no ano, atingiu R\$ 416,0 milhões. Esse valor representa uma margem EBITDA de 32,9% contra 33,8% no mesmo período do ano anterior, o EBITDA do 4T10 foi de R\$ 101,8 milhões.

Os investimentos em renovação de portfólio, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, gastos com pesquisas clínicas e bioequivalência, para renovação de registros, tiveram incremento de R\$ 14,9 milhões comparados ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com a expansão da força de vendas para o aumento de capilaridade representaram incremento de R\$ 44,1 milhões.

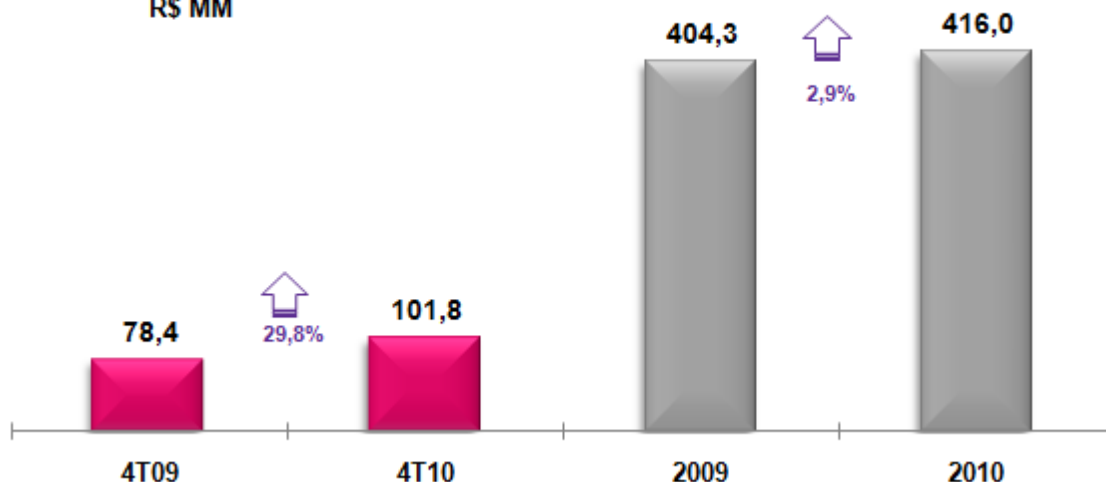
Com isso o EBITDA ficou aderente ao planejado pela Companhia em função dos investimentos acima realizados.

O EBITDA AJUSTADO foi calculado conforme demonstrado abaixo:

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2009	2010	Var (%)
Lucro Líquido	275,2	332,4	20,8%
Provisão para IR e CS	111	87,1	-21,8%
Resultado Financeiro Líquido	(10,9)	(28,8)	164,2%
Depreciação e Amortizações	17,6	16,2	-8,3%
Despesas/Receitas não Recorrentes	11,0	9,1	-17,3%
EBITDA Ajustado	404,3	416,0	2,9%
Margem	33,8%	32,9%	-1,0 p.p

EBITDA Ajustado

R\$ MM



7. Receitas Financeiras

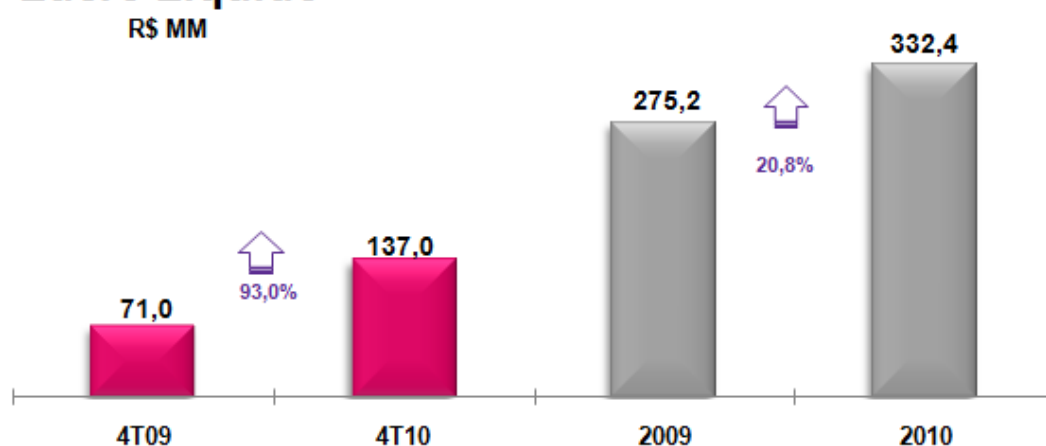
As receitas financeiras líquidas em 2010 totalizam R\$ 26,3 milhões de ganho, com aumento de R\$ 18,4 milhões quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. No 4T10 representaram R\$ 14,7 milhões, parte desse ganho está relacionado ao reconhecimento do CPC20, capitalização dos juros sobre investimentos do ativo imobilizado.

(R\$ milhões)	4T 09	s / RL	4T 10	s / RL	2009	s / RL	2010	s / RL
Receitas financeiras, líquidas	3,7	1,3%	14,7	4,3%	7,9	0,7%	26,3	2,1%
Varição Cambial	(0,2)	-0,1%	-	0,0%	9,0	0,8%	0,5	0,0%
AVP (ajustes a valor presente)	0,4	0,1%	0,4	0,1%	(6,0)	-0,5%	2,0	0,2%
Resultado financeiro	3,9	1,4%	15,1	4,4%	10,9	0,9%	28,8	2,3%

8. Lucro Líquido

O lucro líquido de 2010 foi de R\$ 332,4 milhões, superior em 20,8% ao mesmo período acumulado em 2009. No 4T10 o lucro líquido foi de R\$ 137,0 milhões, representando 40,1% da receita líquida.

Lucro Líquido



9. Endividamento Líquido

A Companhia encerrou 2010 com uma posição líquida de caixa de R\$ 253,5 milhões, conforme quadro abaixo:

(R\$ milhões)	31.12.09	31.12.10	Var (%)
Empréstimos e financiamentos - CP	64,9	71,6	10,3%
Empréstimos e financiamentos - LP	215,5	175,9	-18,4%
Endividamento Bruto	280,4	247,5	-11,7%
Caixa e equivalentes de caixa	444,0	495,8	11,7%
Aplicações financeiras - LP	4,6	5,2	13,7%
Endividamento líquido	(168,2)	(253,5)	50,8%

O endividamento bruto de longo prazo da Companhia foi de R\$ 175,9 milhões, com vencimento até 2024.

10. Investimentos

10.1 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – P&DI

Em 2010 os investimentos em P&DI totalizaram R\$ 43,0 milhões, superior 52,8% em relação ao mesmo período de 2009. A Companhia tem em desenvolvimento 9 projetos de inovação radical e 5 projetos de inovação incremental, sendo que um deles propiciou o depósito de uma patente nesse exercício.

Além disso a Companhia possui 143 projetos em desenvolvimento que, através de metodologia disciplinada e estruturada, conduzida pelo seu PMO – Escritório de Projetos têm acelerado sua renovação de portfólio.

No período de janeiro a dezembro de 2010, a Companhia obteve 24 registros na ANVISA, dos quais 11 genéricos, 8 cosmecêuticos e 5 outros produtos de prescrição.

10.2 Aquisições

No mês de agosto de 2010 a Companhia adquiriu 50% da Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A., sediada em Anápolis, Goiás. Com isso a Companhia se posiciona estrategicamente como produtora no disputado mercado de hormônios, em franco crescimento no país. Essa aquisição possibilitará internalizar o desenvolvimento de produtos hormonais.

10.3 Imobilizado

Em 2010 os investimentos na nova unidade produtiva em Guarulhos alcançaram R\$ 32,8 milhões, com parte financiada pelo BNDES, o que totalizará R\$ 75 milhões até 2011.

Na adequação do parque fabril, para aumento de escala produtiva, foram investidos R\$ 13,4 milhões em máquinas e equipamentos.

11. Dividendos

A administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 202,4 milhões, equivalente a 60,9% do lucro líquido apurado no exercício, a ser referendado pela Assembléia Geral Ordinária.

Nota: As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho, pois envolvem riscos, incertezas e suposições, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro.

Adicionalmente, algumas informações como participação de mercado, demanda de mercado, demanda por unidade de negócio, unidades vendidas por unidade de negócio, números e percentuais de crescimento por unidade de negócio, despesas com novos negócios, receita por unidade de negócio, número de projetos em desenvolvimento e registros de novos medicamentos não foram objeto de exame pelos auditores independentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas pela confiança, aos colaboradores pelo seu comprometimento, aos clientes e consumidores pela sua preferência e aos fornecedores e parceiros pelo apoio.

Guarulhos, 24 de fevereiro de 2011

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do
Achê Laboratórios Farmacêuticos S.A.
Guarulhos - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Achê Laboratórios Farmacêuticos S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

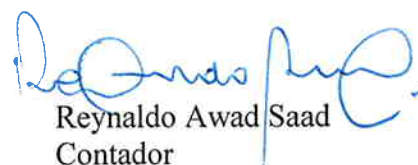
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e facultativa para as demais companhias, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2011



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Reynaldo Awad Saad
Contador
CRC nº 1 SP 215056/O-1

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
CIRCULANTE																
Caixa e equivalentes de caixa	6	120.190	167.138	112.194	495.841	444.018	266.967	Fornecedores	14	13.720	16.395	14.355	17.508	26.678	37.813	
Contas a receber de clientes	7	114.021	95.635	81.488	179.739	155.766	150.421	Empréstimos e financiamentos	15	65.356	61.105	61.493	71.598	64.895	65.389	
Estoques	8	98.062	83.369	71.697	154.001	141.219	114.461	Impostos e contribuições a recolher	16	17.390	13.255	17.414	28.954	28.535	26.436	
Impostos e contribuições sociais a compensar		17.231	6.246	5.455	23.415	12.312	10.045	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		30.274	29.185	17.882	39.606	40.048	23.655	
Dividendos	17	112.925	110.910	24.112	-	-	-	Contas a pagar		6.605	1.592	795	16.895	4.428	4.950	
Créditos diversos		8.453	3.225	5.081	17.098	5.616	11.702	Obrigações com partes relacionadas a pagar	17	-	-	10.533	-	-	10.533	
Despesas antecipadas		13.149	12.679	9.873	16.566	17.263	12.621	Dividendos	17	139.792	226.657	76.163	139.792	226.657	76.163	
Total do ativo circulante		<u>484.031</u>	<u>479.202</u>	<u>309.900</u>	<u>886.660</u>	<u>776.194</u>	<u>566.217</u>	Outras provisões		<u>1.230</u>	<u>559</u>	<u>569</u>	<u>5.254</u>	<u>11.039</u>	<u>2.260</u>	
								Total do passivo circulante		<u>274.367</u>	<u>348.748</u>	<u>199.204</u>	<u>319.607</u>	<u>402.280</u>	<u>247.199</u>	
NÃO CIRCULANTE								NÃO CIRCULANTE								
Aplicações financeiras	6	-	-	-	5.204	4.578	3.626	Empréstimos e financiamentos	15	153.415	193.262	228.842	175.912	215.542	246.954	
Debêntures		-	-	-	-	76.965	80.298	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	65.053	59.485	54.669	138.707	102.101	69.122	
Depósitos judiciais		1.767	1.804	1.804	2.012	2.191	2.129	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	122.698	96.981	82.343	130.185	102.248	85.173	
Impostos e contribuições sociais a compensar		654	2.206	1.466	821	2.627	1.965	Outras provisões		<u>15.577</u>	<u>13.570</u>	<u>6.330</u>	<u>17.782</u>	<u>14.825</u>	<u>7.036</u>	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	88.389	89.184	115.237	98.272	103.806	124.831	Total do passivo não circulante		<u>356.743</u>	<u>363.298</u>	<u>372.184</u>	<u>462.586</u>	<u>434.716</u>	<u>408.285</u>	
Outros ativos não circulantes		<u>1.422</u>	<u>1.422</u>	<u>1.422</u>	<u>1.422</u>	<u>1.422</u>	<u>1.422</u>									
		<u>92.232</u>	<u>94.616</u>	<u>119.929</u>	<u>107.731</u>	<u>191.589</u>	<u>214.271</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Investimentos	11	589.018	571.507	571.986	-	-	526	Capital social	20.a	407.310	407.310	407.310	407.310	407.310	407.310	
Imobilizado	12	466.163	437.649	441.020	561.816	521.742	527.623	Reservas de capital	20.b	174.212	174.212	174.212	174.212	174.212	174.212	
Intangível	13	28.648	29.844	26.088	260.978	248.243	244.382	Ajuste de avaliação patrimonial		185.373	187.398	184.161	185.373	187.398	184.161	
		<u>1.083.829</u>	<u>1.039.000</u>	<u>1.039.094</u>	<u>822.794</u>	<u>769.985</u>	<u>772.531</u>	Reservas de lucros	20.c	262.087	131.852	131.852	262.087	131.852	131.852	
Total do ativo não circulante		<u>1.176.061</u>	<u>1.133.616</u>	<u>1.159.023</u>	<u>930.525</u>	<u>961.574</u>	<u>986.802</u>	Participação dos acionistas não controladores nos patrimônios líquidos das controladas		-	-	-	6.010	-	-	
								Total do patrimônio líquido		<u>1.028.982</u>	<u>900.772</u>	<u>897.535</u>	<u>1.034.992</u>	<u>900.772</u>	<u>897.535</u>	
TOTAL DO ATIVO		<u>1.660.092</u>	<u>1.612.818</u>	<u>1.468.923</u>	<u>1.817.185</u>	<u>1.737.768</u>	<u>1.553.019</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.660.092</u>	<u>1.612.818</u>	<u>1.468.923</u>	<u>1.817.185</u>	<u>1.737.768</u>	<u>1.553.019</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota <u>explicativa</u>	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	900.379	799.518	1.266.036	1.195.953
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(180.238)	(176.656)	(251.730)	(276.628)
LUCRO BRUTO		720.141	622.862	1.014.306	919.325
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas		(362.389)	(298.881)	(500.483)	(434.408)
Gerais e administrativas		(69.768)	(64.154)	(83.955)	(83.735)
Participações dos empregados e administradores no	27	(23.422)	(22.652)	(28.189)	(28.512)
Resultado de equivalência patrimonial	11	110.547	110.762	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	23	(11.131)	(3.207)	(11.161)	2.960
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		363.978	344.730	390.518	375.630
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	21.732	19.065	52.484	47.092
Despesas financeiras	24	(24.223)	(36.514)	(24.214)	(45.135)
Variação cambial, líquida	24	532	4.457	544	8.987
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		362.019	331.738	419.332	386.574
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	10	(22.460)	(24.910)	(44.032)	(56.486)
Diferidos	10	(7.171)	(31.677)	(43.074)	(54.937)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		332.388	275.151	332.226	275.151
LUCRO ATRIBUÍVEL A:					
Proprietários da controladora		332.388	275.151	332.388	275.151
Participações não controladoras				(162)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO:					
Básico		5,20	4,31	5,20	4,31
Dilutível		5,20	4,31	5,20	4,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	332.388	275.151	332.226	275.151
Realização da reserva de reavaliação, líquido de impostos	(213)	(1)	(213)	(1)
Ajuste de avaliação patrimonial-				
Custo atribuído do imobilizado, líquido de impostos	(1.568)	(1.568)	(1.812)	(1.812)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>330.607</u>	<u>273.582</u>	<u>330.201</u>	<u>273.338</u>
Atribuível a:				
Proprietários da controladora			330.607	273.582
Participações não controladoras			(162)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Reservas de capital							Reservas de lucros							Avaliação patrimonial em controladas		
	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva de ágio na emissão de ações	Total	Reavaliação em ativos próprios	Avaliação patrimonial em ativos próprios	Total	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de novos produtos	Reserva para expansão	Reserva de lucros não distribuídos	Total	Lucros acumulados	Total	Total	
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009	407.310	167.767	6.445	174.212	6.489	-	6.489	43.807	-	54.395	33.650	-	131.852	-	719.863	-	719.863
Ajustes pela adoção inicial das IFRSs e dos novos pronunciamentos contábeis - CPCs emitidos em 2009																	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009 - ORIGINALMENTE REPORTADOS (ANTES DOS AJUSTES DE ADOÇÃO INICIAL DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPCs EMITIDOS EM 2009)	-	-	-	-	-	150.775	150.775	-	-	-	-	-	-	(5.050)	145.725	31.947	177.672
SALDOS DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2009 AJUSTADO PELA ADOÇÃO INICIAL DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPCs EMITIDOS EM 2009	407.310	167.767	6.445	174.212	6.489	150.775	157.264	43.807	-	54.395	33.650	-	131.852	(5.050)	865.588	31.947	897.535
Realização dos ajustes ao custo atribuído em 2009	-	-	-	-	-	(1.568)	(1.568)	-	-	-	-	-	-	1.568	-	(244)	(244)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	275.151	275.151	-	275.151
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.445)	(43.445)	-	(43.445)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(226.657)	(226.657)	-	(226.657)
Resultado do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.568)	(1.568)	-	(1.568)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	407.310	167.767	6.445	174.212	6.488	149.207	155.695	43.807	-	54.395	33.650	-	131.852	-	869.069	31.703	900.772
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(213)	-	(213)	-	-	-	-	-	-	213	-	-	-
realização dos ajustes ao custo atribuído em 2010	-	-	-	-	-	(1.568)	(1.568)	-	-	-	-	-	-	1.568	-	(244)	(244)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	332.388	332.388	-	332.388
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(148.937)	(148.937)	-	(148.937)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	289	-	-	-	289	(289)	-	-	-
Dividendos antecipados conf. AGE (01 dezembro)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.429)	(53.429)	-	(53.429)
Constituição de reserva de lucros não distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129.946	129.946	(131.514)	(1.568)	-	(1.568)
Participação dos não controladores	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.010	6.010
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	407.310	167.767	6.445	174.212	6.275	147.639	153.914	43.807	289	54.395	33.650	129.946	262.087	-	997.523	37.469	1.034.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2010	2009	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		362.019	331.738	419.332	386.574
Participação de minoritários		-	-	(6.172)	-
Ajustes para conciliar lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		12.493	14.030	16.176	17.642
Resultado na venda de ativos permanentes		1.017	22	1.361	(814)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		25.717	14.638	25.468	17.076
Provisão para perdas em estoques		1.007	1.071	952	1.068
Equivalência patrimonial		(110.547)	(110.762)	-	-
Provisões de juros e variações monetárias		19.146	20.808	16.690	20.369
		<u>310.852</u>	<u>271.545</u>	<u>473.807</u>	<u>441.915</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(18.386)	(14.147)	(22.912)	(5.868)
Estoques		(15.700)	(12.743)	(15.661)	(27.826)
Impostos e contribuições sociais a compensar		(9.433)	367	(9.142)	(909)
Despesas antecipadas e outros ativos		(5.661)	(950)	(7.038)	621
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(2.675)	2.040	(8.235)	(10.802)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1.089	11.303	(592)	16.393
Impostos e contribuições a recolher		7.895	(1.167)	1.228	198
Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.220)	(29.799)	(45.029)	(56.605)
Outros passivos		7.691	8.027	8.491	16.045
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>249.452</u>	<u>234.476</u>	<u>374.917</u>	<u>373.162</u>
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Dividendos recebidos		110.910	24.112	-	-
Aquisição e aporte de capital em empresas controladas menos caixa líquido		(20.132)	86	(10.530)	526
Obrigações com partes relacionadas a pagar		-	(10.533)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(43.243)	(16.899)	(48.091)	(18.518)
Recebimento por vendas de ativos permanentes		38	86	281	964
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>47.573</u>	<u>(3.148)</u>	<u>(58.340)</u>	<u>(17.028)</u>
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimento de debêntures		-	-	78.432	-
Captações de financiamentos e empréstimos		24.712	26.023	29.720	27.595
Pagamentos de financiamentos e empréstimos		(79.454)	(82.799)	(83.675)	(87.070)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(289.231)	(119.608)	(289.231)	(119.608)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(343.973)</u>	<u>(176.384)</u>	<u>(264.754)</u>	<u>(179.083)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(46.948)</u>	<u>54.944</u>	<u>51.823</u>	<u>177.051</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6	167.138	112.194	444.018	266.967
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	6	120.190	167.138	495.841	444.018
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(46.948)</u>	<u>54.944</u>	<u>51.823</u>	<u>177.051</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		1.058.806	935.714	1.459.453	1.378.186
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		9.230	(11)	13.809	813
Outras receitas		<u>286</u>	<u>411</u>	<u>872</u>	<u>6.065</u>
		1.068.322	936.114	1.474.134	1.385.064
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Matérias-primas consumidas		127.818	135.063	179.260	225.457
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		7.782	14.620	7.791	14.830
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		232.287	184.594	327.342	270.866
Perda/recuperação de valores ativos		<u>1.425</u>	<u>1.579</u>	<u>(2.466)</u>	<u>6.690</u>
		369.312	335.856	511.927	517.843
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>699.010</u>	<u>600.258</u>	<u>962.207</u>	<u>867.221</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	22	12.493	14.030	16.176	17.642
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>686.517</u>	<u>586.228</u>	<u>946.031</u>	<u>849.579</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	11	110.547	110.762	-	-
Receitas financeiras	24	<u>21.732</u>	<u>19.065</u>	<u>52.484</u>	<u>47.092</u>
		132.279	129.827	52.484	47.092
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>818.796</u>	<u>716.055</u>	<u>998.515</u>	<u>896.671</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal		<u>215.860</u>	<u>188.587</u>	<u>282.853</u>	<u>257.987</u>
Remuneração direta		183.107	162.387	239.251	221.375
Benefícios		21.028	15.971	28.201	22.506
FGTS		11.725	10.229	15.401	14.106
Impostos, taxas e contribuições		<u>224.697</u>	<u>207.335</u>	<u>329.769</u>	<u>309.650</u>
Federais		135.331	140.836	205.615	207.075
Estaduais		88.156	64.851	122.167	99.655
Outros tributos		1.210	1.648	1.987	2.920
Remuneração de capitais de terceiros		<u>45.851</u>	<u>44.982</u>	<u>53.667</u>	<u>53.883</u>
Juros		23.691	32.057	23.670	36.148
Aluguéis		22.160	12.925	29.997	17.735
Remuneração de capitais próprios		<u>332.388</u>	<u>275.151</u>	<u>332.226</u>	<u>275.151</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio		202.365	275.151	202.365	275.151
Lucros retidos do exercício		130.023	-	130.023	-
Participações não controladoras		-	-	(162)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Objeto social

O Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A e Controladas (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Guarulhos, na rodovia Presidente Dutra km 222,2 e tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos farmacêuticos para consumo humano e atua nos principais segmentos farmacêuticos, tais como respiratório, musculoesquelético, saúde feminina, sistema nervoso central, cardiologia, dermatologia, vitaminas, oncologia e cosmético, por meio de unidades de negócios de prescrição, hospitalar, genéricos e medicamentos isentos de prescrição.

b) Aquisições de controladas

Em agosto de 2010, a Companhia adquiriu o controle de 50% da Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. A aquisição coloca a Companhia no mercado de hormônios e tem como objetivo a produção própria desse tipo de medicamento.

O valor da aquisição é de R\$20.072 sendo contabilizado um ágio de R\$13.901 e investimento de R\$6.172 (R\$6.010 atualizados para dezembro de 2010, visto que o investimento original era referente a agosto de 2010). Adicionalmente a transação possui um saldo residual de R\$12.000 que está vinculado ao cumprimento de metas relacionadas ao registro de produtos em andamento.

Desta forma, a Companhia possui participação direta nas seguintes sociedades:

- i. Biosintética Farmacêutica Ltda. (“Biosintética”) - tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos farmacêuticos para consumo humano e atua nos principais segmentos farmacêuticos, tais como respiratório, sistema nervoso central, cardiologia, dermatologia, oncologia, através de Unidades de Negócios de Prescrição, Genéricos e Medicamentos Isentos de Prescrição.
- ii. Aché International (BVI) Ltd. (“BVI”) - tem por objetivo principal manter parcerias com outras empresas internacionais, para o desenvolvimento técnico e operacional dos seus produtos.
- iii. Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda. (“Labofarma”) - tem por objetivo principal a distribuição de medicamentos.
- iv. Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. (“Melcon”) - tem por objetivo principal industrialização, comercialização, importação e exportação de hormônios.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem:

As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - BR GAAP e IFRS. e as demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado, atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações contábeis consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRSs. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos CPCs 15 a 40. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

2.3. Reclassificação das demonstrações contábeis

Com o objetivo de apresentar uma melhor comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi reclassificado, a fim de estar consistente com o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). Para fins das demonstrações contábeis consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa do grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia.

2.5. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Participação - %		
	<u>Dezembro de 2010</u>	<u>Dezembro de 2009</u>	<u>Janeiro de 2009</u>
Aché International (BVI) Ltd.	100,00	100,00	100,00
Biosintética Farmacêutica Ltda.	99,99	99,99	99,99
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	50,00	-	-
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	99,99	99,99	99,99

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas empresas consolidadas, estando consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não havia lucros não realizados entre as Companhias.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação de participações no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as informações contábeis das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

2.6. Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.8. Contas a receber de clientes e estimativa para créditos de liquidação duvidosa

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos de clientes devedores ou de mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

2.9. Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição, para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas descritos anteriormente.

2.10. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver item 2.5), líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada, a fim de reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.11. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzido de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.11.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.

- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- Os benefícios econômicos associados à transação provavelmente fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues, e a titularidade legal é transferida.

2.11.2. Receita de juros

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia, e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.12. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e, posteriormente, são destinadas à reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, desde que as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais sejam atendidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo.

2.13. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.13.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.13.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos geralmente sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são movimentados em conformidade com a legislação tributária, CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e com a Instrução CVM nº 371, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

2.13.3. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados aos itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.14. Imobilizado

Estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais

imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final nas datas dos balanços patrimoniais, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

2.15. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficar prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para uso ou venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.16. Ativos intangíveis

2.16.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo. Adicionalmente, as marcas e patentes adquiridas de terceiros estão registradas ao custo de aquisição, ajustado pelo seu valor de recuperação, quando aplicável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.16.2. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo-se o ágio

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.17. Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Quando necessário, uma provisão para estoques de giro lento e/ou obsoletos é constituída para refletir o risco de realização desses estoques.

2.18. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.19. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (2) ativos financeiros disponíveis para venda; e (3) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações contábeis sob essa classificação.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os passivos e ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo e passivo circulantes, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo e passivo não circulantes. Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, no caso da Companhia, compreendem caixa, saldos bancários (nota explicativa nº 6), empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 14) e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.20. Classificação de ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços. As diferenças decorrentes da conversão da moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

2.21. Juros sobre o capital próprio

Originalmente registrados na demonstração do resultado como despesa financeira, sendo posteriormente revertidos na apuração do lucro líquido do exercício e demonstrados como destinação dos lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Para fins fiscais, foram tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros financeiros que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios

2.23. Lucro por ação

Calculado com base no número total de ações nas datas dos balanços.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Nas datas dos balanços, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até nas datas dos balanços nenhuma evidência foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas dos balanços nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de novas perdas por recuperabilidade de ágio.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia constitui estimativa para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias e com processo de cobrança judicial e saldos de clientes específicos que apontem risco de realização de seus compromissos.

c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas possui processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

4.1. Efeitos da adoção das IFRS nas demonstrações contábeis consolidadas

4.1.1. Aplicação da IFRS

As demonstrações contábeis consolidadas (identificadas como Consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, como descrito na nota 2, são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas abaixo.

4.1.2. Conciliações para as práticas contábeis anteriores

Efeitos da adoção das IFRSs no balanço patrimonial consolidado

ATIVOS	Nota explicativa	Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		Práticas contábeis anteriores	Efeito da transição para as IFRSs		Práticas contábeis anteriores	Efeito da transição para as IFRSs	
			IFRS	IFRS		IFRS	IFRS
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	266.967	-	266.967	444.018	-	444.018
Contas a receber de clientes	7	150.421	-	150.421	155.766	-	155.766
Estoques	8	114.461	-	114.461	141.219	-	141.219
Impostos e contribuições sociais a compensar		10.045	-	10.045	12.312	-	12.312
Imposto de renda e contribuição social diferidos		37.008	(37.008)	-	26.805	(26.805)	-
Dividendos	17	-	-	-	-	-	-
Créditos diversos		11.702	-	11.702	5.616	-	5.616
Despesas antecipadas		12.621	-	12.621	17.263	-	17.263
Total do ativo circulante		<u>603.225</u>	<u>(37.008)</u>	<u>566.217</u>	<u>802.999</u>	<u>(26.805)</u>	<u>776.194</u>
NÃO CIRCULANTE							
Aplicações financeiras	6	3.626	-	3.626	4.578	-	4.578
Debêntures		80.298	-	80.298	76.965	-	76.965
Depósitos judiciais		2.129	-	2.129	2.191	-	2.191
Impostos e contribuições sociais a compensar		1.965	-	1.965	2.627	-	2.627
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	87.823	37.008	124.831	77.001	26.805	103.806
Outros ativos não circulantes		1.422	-	1.422	1.422	-	1.422
Investimentos	11	526	-	526	-	-	-
Imobilizado	12	308.787	218.836	527.623	297.999	223.743	521.742
Intangível	13	244.382	-	244.382	248.243	-	248.243
Total do ativo não circulante		<u>730.958</u>	<u>255.844</u>	<u>986.802</u>	<u>711.026</u>	<u>250.548</u>	<u>961.574</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.334.183</u>	<u>218.836</u>	<u>1.553.019</u>	<u>1.514.025</u>	<u>223.743</u>	<u>1.737.768</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas financeiras anteriores)		
		Práticas contábeis anteriores	Efeito da transição para as		Práticas contábeis anteriores	Efeito da transição para as	
			IFRSs	IFRS		IFRSs	IFRS
CIRCULANTE							
Fornecedores	14	37.813	-	37.813	26.678	-	26.678
Financiamentos e empréstimos	15	65.389	-	65.389	64.895	-	64.895
Imposto de renda e contribuição social diferidos		699	(699)	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	16	26.436	-	26.436	28.535	-	28.535
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		23.655	-	23.655	40.048	-	40.048
Contas a pagar		4.950	-	4.950	4.428	-	4.428
Obrigações com partes relacionadas a pagar		10.533	-	10.533	-	-	-
Dividendos	17	76.163	-	76.163	226.657	-	226.657
Outras provisões		<u>2.260</u>	-	<u>2.260</u>	<u>11.039</u>	-	<u>11.039</u>
Total do passivo circulante		<u>247.898</u>	<u>(699)</u>	<u>247.199</u>	<u>402.280</u>	-	<u>402.280</u>
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	15	246.954	-	246.954	215.542	-	215.542
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	27.259	41.863	69.122	59.268	42.833	102.101
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	85.173	-	85.173	102.248	-	102.248
Outras provisões		<u>7.036</u>	-	<u>7.036</u>	<u>14.825</u>	-	<u>14.825</u>
Total do passivo não circulante		<u>366.422</u>	<u>41.863</u>	<u>408.285</u>	<u>391.883</u>	<u>42.833</u>	<u>434.716</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	20 a	407.310	-	407.310	407.310	-	407.310
Reservas de capital	20 b	174.212	-	174.212	174.212	-	174.212
Ajuste de avaliação patrimonial (a)		6.489	177.672	184.161	6.488	180.910	187.398
Reservas de lucros	20 c	<u>131.852</u>	-	<u>131.852</u>	<u>131.852</u>	-	<u>131.852</u>
Total do patrimônio líquido		<u>719.863</u>	<u>177.672</u>	<u>897.535</u>	<u>719.862</u>	<u>180.910</u>	<u>900.772</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.334.183</u>	<u>218.836</u>	<u>1.553.019</u>	<u>1.514.025</u>	<u>223.743</u>	<u>1.737.768</u>

Efeitos da adoção das IFRSs na demonstração do resultado consolidado

	Nota explicativa	Exercício findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		Práticas contábeis anteriores	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	1.195.953	-	1.195.953
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(284.280)	7.652	(276.628)
LUCRO BRUTO		911.673	7.652	919.325
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Vendas		(434.408)	-	(434.408)
Gerais e administrativas		(83.735)	-	(83.735)
Participações dos empregados e administradores no resultado	27	(28.512)	-	(28.512)
Outras receitas (despesas), líquidas	23	<u>2.960</u>	-	<u>2.960</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		367.978	7.652	375.630
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	24	47.092	-	47.092
Despesas financeiras	24	(45.135)	-	(45.135)
Variação cambial, líquida	24	<u>8.987</u>	-	<u>8.987</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		378.922	7.652	386.574
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	10	(56.486)	-	(56.486)
Diferidos	10	<u>(52.335)</u>	<u>(2.602)</u>	<u>(54.937)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>270.101</u>	<u>5.050</u>	<u>275.151</u>

Efeitos da adoção das IFRSs na demonstração dos fluxos de caixa consolidada

	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Práticas contábeis anteriores	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
	R\$	R\$	R\$
Fluxos de caixa das atividades operacionais	373.162	-	373.162
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(17.028)	-	(17.028)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(179.083)	-	(179.083)

Notas às reconciliações

A data de transição definida para fins de preparação das demonstrações contábeis em IFRS foi 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou a reconciliação do patrimônio líquido e resultado, refletindo todos os ajustes requeridos pelas normas internacionais de contabilidade e eliminando todos aqueles que não atendem aos critérios de reconhecimento das normas. Na preparação das demonstrações

contábeis na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1, conforme descrito a seguir:

- Combinações de empresas

A Companhia optou por não reprocessar as aquisições de empresas ocorridas antes da data de transição para IFRS de acordo com a IFRS 3 - Combinações de Negócios (equivalente ao CPC 15). Portanto, os ágios oriundos de aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (equivalente ao CPC 39) e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) na data de transição, não sendo realizadas análises retroativas para os instrumentos financeiros vigentes na data de transição, a partir da data original de sua contratação.

- Reconciliação das diferenças entre as práticas contábeis anteriores e as IFRSs

- a) Deemed Cost (custo atribuído)

Conforme previsto no ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, a Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009, conforme nota explicativa nº 4.3.

- b) Capitalização dos Juros.

Contabilização de custos de empréstimos capitalizáveis, conforme regulamentação do CPC20 - Custo de Empréstimos. A Companhia e suas controladas registraram custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, durante o período de construção.

- c) Imposto de renda diferido

De acordo com as IFRSs, os impostos diferidos são apresentados no ativo não circulante. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apresentava os impostos diferidos ativos, cuja expectativa de realização é de curto prazo, no ativo circulante.

A partir das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, com efeitos comparativos nos balanços patrimoniais levantados em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas reclassificaram os saldos dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social - diferidos para o ativo não circulante e passivo não circulante.

d) Depósitos judiciais

De acordo com as IFRSs, os depósitos judiciais são apresentados como um ativo, por não atenderem aos requerimentos para compensação entre ativos e passivos de acordo com a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

4.2. Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas demonstrações financeiras individuais

4.2.1. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

Na preparação das suas demonstrações contábeis individuais (identificadas como Controladora), a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no *CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40*, ajustando as suas demonstrações contábeis individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação a consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no *CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade*. Para isso, a Companhia efetuou nas duas demonstrações contábeis individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações contábeis consolidadas, conforme nota explicativa nº 2 acima. Tal procedimento foi adotado de forma a obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.2.2. Conciliações para as práticas contábeis anteriores (BR GAAP anterior)

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil no balanço patrimonial individual

	Nota explicativa	Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		Práticas contábeis anteriores	Efeito da adoção dos novos CPCs		Práticas contábeis anteriores	Efeito da adoção dos novos CPCs	
			BR GAAP	reapresentado		BR GAAP	reapresentado
ATIVOS							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	112.348	(154)	112.194	167.357	(219)	167.138
Contas a receber de clientes	7	81.488	-	81.488	95.635	-	95.635
Estoques	8	71.697	-	71.697	83.369	-	83.369
Impostos e contribuições sociais a compensar		5.455	-	5.455	6.246	-	6.246
Imposto de renda e contribuição social diferidos		33.557	(33.557)	-	19.605	(19.605)	-
Dividendos	17	24.112	-	24.112	110.910	-	110.910
Créditos diversos		6.741	(1.660)	5.081	4.698	(1.473)	3.225
Despesas antecipadas		9.873	-	9.873	12.679	-	12.679
Total do ativo circulante		<u>345.271</u>	<u>(35.371)</u>	<u>309.900</u>	<u>500.499</u>	<u>(21.297)</u>	<u>479.202</u>
NÃO CIRCULANTE							
Depósitos judiciais		1.804	-	1.804	1.804	-	1.804
Impostos e contribuições sociais a compensar		1.466	-	1.466	2.206	-	2.206
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	81.680	33.557	115.237	69.579	19.605	89.184
Outros ativos não circulantes		1.422	-	1.422	1.422	-	1.422
Investimentos	11	528.871	43.115	571.986	526.667	44.840	571.507
Imobilizado	12	254.197	186.823	441.020	248.719	188.930	437.649
Intangível	13	37.534	(11.446)	26.088	41.290	(11.446)	29.844
Total do ativo não circulante		<u>906.974</u>	<u>252.049</u>	<u>1.159.023</u>	<u>891.687</u>	<u>241.929</u>	<u>1.133.616</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.252.245</u>	<u>216.678</u>	<u>1.468.923</u>	<u>1.392.186</u>	<u>220.632</u>	<u>1.612.818</u>

	Nota explicativa	Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		Práticas contábeis anteriores	Efeito da adoção dos novos CPCs		Práticas contábeis anteriores	Efeito da adoção dos novos CPCs	
			BR GAAP	reapresentado		BR GAAP	reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	14	14.355	-	14.355	16.395	-	16.395
Financiamentos e empréstimos	15	61.493	-	61.493	61.105	-	61.105
Imposto de renda e contribuição social diferidos		699	(699)	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	16	17.414	-	17.414	13.255	-	13.255
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		17.882	-	17.882	29.185	-	29.185
Contas a pagar		795	-	795	1.592	-	1.592
Obrigações com partes relacionadas a pagar	17	10.533	-	10.533	-	-	-
Dividendos	17	76.163	-	76.163	226.657	-	226.657
Outras provisões		569	-	569	559	-	559
Total do passivo circulante		<u>199.903</u>	<u>(699)</u>	<u>199.204</u>	<u>348.748</u>	<u>-</u>	<u>348.748</u>
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	15	228.842	-	228.842	193.262	-	193.262
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	14.964	39.705	54.669	19.763	39.722	59.485
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	82.343	-	82.343	96.981	-	96.981
Outras provisões		6.330	-	6.330	13.570	-	13.570
Total do passivo não circulante		<u>332.479</u>	<u>39.705</u>	<u>372.184</u>	<u>323.576</u>	<u>39.722</u>	<u>363.298</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	20 a	407.310	-	407.310	407.310	-	407.310
Reservas de capital	20 b	174.212	-	174.212	174.212	-	174.212
Ajuste de avaliação patrimonial (a)		6.489	177.672	184.161	6.488	180.910	187.398
Reservas de lucros	20 c	131.852	-	131.852	131.852	-	131.852
Total do patrimônio líquido		<u>719.863</u>	<u>177.672</u>	<u>897.535</u>	<u>719.862</u>	<u>180.910</u>	<u>900.772</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.252.245</u>	<u>216.678</u>	<u>1.468.923</u>	<u>1.392.186</u>	<u>220.632</u>	<u>1.612.818</u>

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração do resultado

	Nota explicativa	Exercício findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	799.518	-	799.518
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(181.138)	4.482	(176.656)
LUCRO BRUTO		618.380	4.482	622.862
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Vendas		(298.881)	-	(298.881)
Gerais e administrativas		(64.154)	-	(64.154)
Participações dos empregados e administradores no resultado	27	(22.652)	-	(22.652)
Resultado de equivalência patrimonial	11	109.182	1.580	110.762
Outras receitas (despesas), líquidas	23	(3.207)	-	(3.207)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		338.668	6.062	344.730
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	24	19.065	-	19.065
Despesas financeiras	24	(37.026)	512	(36.514)
Variação cambial, líquida	24	<u>4.457</u>	<u>-</u>	<u>4.457</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		325.164	6.574	331.738
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	10	(24.910)	-	(24.910)
Diferidos	10	<u>(30.153)</u>	<u>(1.524)</u>	<u>(31.677)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>270.101</u>	<u>5.050</u>	<u>275.151</u>

Efeitos da adoção das BR GAAP na demonstração dos fluxos de caixa consolidada

	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas financeiras anteriores)		
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
	R\$	R\$	R\$
Fluxos de caixa das atividades operacionais	234.655	(179)	234.476
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(3.262)	114	(3.148)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(176.384)	-	(176.384)

Notas às reconciliações

A data de transição definida para fins de preparação das demonstrações contábeis em IFRS foi 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou a reconciliação do patrimônio líquido e resultado, refletindo todos os ajustes requeridos pelas normas internacionais de contabilidade e eliminando todos aqueles que não atendem aos critérios de reconhecimento das normas. Na preparação das demonstrações contábeis na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1, conforme descrito a seguir:

- Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (equivalente ao CPC 39) e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) na data de transição, não sendo realizadas análises retroativas para os instrumentos financeiros vigentes na data de transição, a partir da data original de sua contratação.

- Reconciliação das diferenças entre as práticas contábeis anteriores e as IFRSs

- a) Deemed Cost (custo atribuído)

Conforme previsto no ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, a Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009, conforme nota explicativa nº 4.3.

- b) Capitalização dos Juros.

Contabilização de custos de empréstimos capitalizáveis, conforme regulamentação do CPC20 - Custo de Empréstimos. A Companhia e suas controladas registraram custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, durante o período de construção.

c) Imposto de renda diferido

De acordo com as IFRSs, os impostos diferidos são apresentados no ativo não circulante. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apresentava os impostos diferidos ativos, cuja expectativa de realização é de curto prazo, no ativo circulante.

A partir das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, com efeitos comparativos nos balanços patrimoniais levantados em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas reclassificaram os saldos dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social - diferidos para o ativo não circulante e passivo não circulante.

d) Depósitos judiciais

De acordo com as IFRSs, os depósitos judiciais são apresentados como um ativo, por não atenderem aos requerimentos para compensação entre ativos e passivos de acordo com a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados nas demonstrações contábeis individuais pelo método da equivalência patrimonial. Para a adoção das novas práticas financeiras adotadas no Brasil, os valores dos investimentos em controladas foram ajustados de forma a refletir os ajustes efetuados nas informações financeiras desses investimentos em decorrência dos efeitos da adoção das IFRSs nas demonstrações contábeis consolidadas, conforme apresentado na nota explicativa nº11. O efeito é um aumento no ativo e no patrimônio líquido da controladora em 31 de dezembro de 2009 de R\$31.703 (R\$31.947 em 1º de janeiro de 2009).

4.3. Custo atribuído (*Deemed Cost*)

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos estimados por especialistas externos com experiência neste tipo de análise. Os relatórios de avaliação gerados pelos especialistas datados de 13 de setembro de 2010 foram aprovados pela Diretoria.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>Terrenos e edificações</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Terrenos e edificações</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	113.943	26.901	145.291	44.911
Ajustes pela adoção do custo atribuído	190.939	366	224.178	2.310
Saldo em 1º de janeiro de 2009	304.882	27.267	369.469	47.221

O patrimônio líquido foi acrescido em R\$150.775 e R\$ 182.722 e o imposto de renda e contribuição social diferido passivo registra um acréscimo de R\$ 40.530 e R\$ 43.766 em decorrência da adoção do custo atribuído, respectivamente na controladora e no consolidado.

4.4. Método de depreciação

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edifícios e construções e máquinas e equipamentos para os exercícios de 2009 e de 2010. A avaliação da vida útil dos ativos foi efetuada com auxílio de empresa terceirizada especializada no assunto.

No quadro a seguir estão demonstradas as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, bem como as taxas anuais de depreciação revisadas para a depreciação a partir de 1º de janeiro de 2009, definidas com base na vida útil-econômica dos ativos:

	Controladora - BR GAAP e Consolidado - BR GAAP e IFRS		
	Taxa	Taxa	Taxa
	<u>2008 - %</u>	<u>2009 - %</u>	<u>2010 - %</u>
Edifícios	4	2,1	2,1
Instalações	10	10	10
Máquinas e equipamentos	10	9	9
Móveis e utensílios	10	10	10
Veículos	20	20	20
Computadores	20	33	33

Ao final do exercício de 2010, a Administração efetuou uma nova revisão da vida útil dos ativos imobilizados da Companhia, porém, não foram apurados ajustes nas taxas utilizadas.

Como consequência desta revisão, foi registrado um crédito no resultado da depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, na comparação com a depreciação registrada no período anterior, no montante de R\$7.652.

5. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Modificações à IFRS 1	<i>Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais</i>	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Modificações à IFRS 1	<i>Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs</i>	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Modificações à IFRS 7	<i>Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros</i>	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	<i>Instrumentos Financeiros</i>	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Modificações à IAS 12	<i>Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes Quando o Ativo É Mensurado pelo Modelo de Valor Justo da IAS 40</i>	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
Modificações à IAS 32	<i>Classificação de Direitos</i>	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
Modificações à IFRIC 14	<i>Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento</i>	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

A Administração da Companhia entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis consolidadas nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
	Caixa e bancos	3.933	5.935	2.913	5.636	8.290
Aplicações financeiras	<u>116.257</u>	<u>161.203</u>	<u>109.281</u>	<u>495.409</u>	<u>440.306</u>	<u>264.567</u>
	120.190	167.138	112.194	501.045	448.596	270.593
Aplicações financeiras (não circulante)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.204)</u>	<u>(4.578)</u>	<u>(3.626)</u>
	<u>120.190</u>	<u>167.138</u>	<u>112.194</u>	<u>495.841</u>	<u>444.018</u>	<u>266.967</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com rendimento variando de 100,0% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e são classificados pela Companhia e suas controladas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”; por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas como não circulante estão atreladas ao financiamento PRO-DF, oriundo do Banco de Brasília, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
	Clientes	118.157	112.753	98.594	195.378	190.452
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(4.136)</u>	<u>(17.118)</u>	<u>(17.106)</u>	<u>(15.639)</u>	<u>(34.686)</u>	<u>(35.498)</u>
	<u>114.021</u>	<u>95.635</u>	<u>81.488</u>	<u>179.739</u>	<u>155.766</u>	<u>150.421</u>

O saldo das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Títulos a vencer	111.530	94.054	84.452	176.828	152.975
Títulos vencidos:						
De 0 a 30 dias	1.574	1.380	3.424	1.864	2.050	4.232
De 31 a 60 dias	355	138	4.048	512	300	5.246
De 61 a 90 dias	47	23	2.259	128	72	4.708
De 91 a 180 dias	234	141	83	411	407	253
Acima de 180 dias	<u>4.417</u>	<u>17.017</u>	<u>4.328</u>	<u>15.635</u>	<u>34.648</u>	<u>15.935</u>
	<u>118.157</u>	<u>112.753</u>	<u>98.594</u>	<u>195.378</u>	<u>190.452</u>	<u>185.919</u>

A Companhia constitui estimativa para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias e com processo de cobrança judicial e saldos de clientes específicos que apontem risco de realização de seus compromissos. Desse montante são excluídos os créditos em negociação.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2010	2009	2010	2009
	Saldo no início do exercício	17.118	17.106	34.686
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas sobre os recebíveis	166	453	585	1.641
Valores recuperados durante o exercício	<u>(13.148)</u>	<u>(441)</u>	<u>(19.632)</u>	<u>(2.453)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>4.136</u>	<u>17.118</u>	<u>15.639</u>	<u>34.686</u>

8. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Produtos Acabados	40.703	34.573	28.702	71.074	70.415
Produtos em elaboração	4.844	5.805	9.090	11.520	11.857	17.106
Matérias-primas e materiais de embalagem	51.541	39.061	32.155	70.667	58.081	49.941
Adiantamento a fornecedores	4.489	6.438	3.187	8.435	7.609	3.892
Provisão para perdas em estoques	<u>(3.515)</u>	<u>(2.508)</u>	<u>(1.437)</u>	<u>(7.695)</u>	<u>(6.743)</u>	<u>(5.675)</u>
	<u>98.062</u>	<u>83.369</u>	<u>71.697</u>	<u>154.001</u>	<u>141.219</u>	<u>114.461</u>

O valor da estimativa para perdas dos estoques refere-se à giro lento e/ou obsoletos, conforme descrito na nota explicativa nº 2.17.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos - ativo e passivo são provenientes de despesas e receitas temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis, créditos fiscais incorporados, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo						
Imposto de renda diferido sobre:						
Prejuízos fiscais	5.434	12.806	20.966	5.434	12.806	20.966
Provisões temporariamente não dedutíveis						
Contingências	48.304	40.360	35.298	49.316	41.425	35.751
Remuneração variável	3.325	2.469	1.080	3.326	2.470	1.081
créditos de liquidação duvidosa	1.904	4.212	4.209	5.151	8.604	8.807
Perda estoques	1.163	751	523	2.534	2.131	1.919
Outras	1.229	1.346	1.335	2.864	5.259	1.942
Crédito fiscal sobre ágio incorporado em anos anteriores	-	-	17.732	-	-	17.732
	<u>61.359</u>	<u>61.944</u>	<u>81.143</u>	<u>68.625</u>	<u>72.695</u>	<u>88.198</u>
Contribuição social diferida sobre:						
Bases negativas	8.188	10.841	13.768	8.188	10.841	13.768
Provisões temporariamente não dedutíveis						
Contingências	15.238	12.379	10.556	15.603	12.762	10.709
Remuneração variável	1.197	889	389	1.197	889	389
créditos de liquidação duvidosa	685	1.516	1.515	1.854	3.097	3.170
Perda estoques	419	270	188	912	767	691
Outras	1.303	1.345	1.295	1.893	2.755	1.523
Crédito fiscal sobre ágio incorporado em anos anteriores	-	-	6.383	-	-	6.383
	<u>27.030</u>	<u>27.240</u>	<u>34.094</u>	<u>29.647</u>	<u>31.111</u>	<u>36.633</u>
	<u>88.389</u>	<u>89.184</u>	<u>115.237</u>	<u>98.272</u>	<u>103.806</u>	<u>124.831</u>
Passivo						
Imposto de renda diferido sobre:						
Reavaliação	2.208	2.284	2.284	3.396	4.077	4.716
Custo atribuído (deemed cost)	29.735	29.207	28.343	32.723	31.496	29.930
Ágio amortizado para fins fiscais	2.862	2.862	-	46.617	24.739	-
Custo dos empréstimos	2.252	-	-	2.252	-	-
Atualização depósitos judiciais	11.104	9.723	8.566	11.104	9.723	8.566
Ajuste a valor presente	-	-	-	4.656	3.652	4.762
Outros	-	-	1.005	1.571	1.725	2.851
	<u>48.161</u>	<u>44.076</u>	<u>40.198</u>	<u>102.319</u>	<u>75.412</u>	<u>50.825</u>
Contribuição social diferida sobre:						
Reavaliação	351	363	363	779	1.009	1.239
Custo atribuído (deemed cost)	10.705	10.515	10.662	11.781	11.337	11.234
Ágio amortizado para fins fiscais	1.030	1.030	-	16.782	8.906	-
Custo dos empréstimos	810	-	-	810	-	-
Atualização depósitos judiciais	3.996	3.501	3.084	3.996	3.501	3.084
Ajuste a valor presente	-	-	-	1.676	1.315	1.714
Outros	-	-	362	564	621	1.026
	<u>16.892</u>	<u>15.409</u>	<u>14.471</u>	<u>36.388</u>	<u>26.689</u>	<u>18.297</u>
	<u>65.053</u>	<u>59.485</u>	<u>54.669</u>	<u>138.707</u>	<u>102.101</u>	<u>69.122</u>

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente, realizados pela Companhia e suas controladas, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e são imprescritíveis e compensáveis com lucros tributáveis futuros.

Conforme as projeções elaboradas, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social têm sua realização estimada para o decorrer dos seguintes exercícios:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:						
2009	-	-	6.490	-	-	6.490
2010	-	17.680	19.928	-	17.680	19.928
2011	10.333	5.967	8.276	10.333	5.967	8.276
2012	<u>3.289</u>	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>3.289</u>	<u>-</u>	<u>40</u>
	<u>13.622</u>	<u>23.647</u>	<u>34.734</u>	<u>13.622</u>	<u>23.647</u>	<u>34.734</u>

10. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, conforme segue abaixo:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	362.019	331.738	419.332	386.574
Imposto de renda e contribuição social - 34%	(123.086)	(112.791)	(142.573)	(131.435)
Demonstrativo da origem da despesa de imposto renda e contribuição social efetivos:				
Resultado de equivalência patrimonial	37.586	37.659	-	-
Benefício fiscal com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica	4.576	3.651	5.120	4.831
Despesas não dedutíveis	(448)	-	(1.063)	-
Juros sobre capital próprio pagos	50.639	14.771	50.639	14.771
Outros	<u>1.102</u>	<u>123</u>	<u>771</u>	<u>410</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(29.631)</u>	<u>(56.587)</u>	<u>(87.106)</u>	<u>(111.423)</u>
Corrente	(22.460)	(24.910)	(44.032)	(56.486)
Diferido	(7.171)	(31.677)	(43.074)	(54.937)

11. INVESTIMENTOS

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Participação em empresas controladas	563.671	560.061	560.014	-	-
Incentivos fiscais	-	-	526	-	-	526
Ágio - Asta Médica (vide nota explicativa 13)	11.446	11.446	11.446	-	-	-
Ágio - Indústria Farm. Melcon do Brasil S.A vide nota explicativa 13)	<u>13.901</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>589.018</u>	<u>571.507</u>	<u>571.986</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>526</u>

Com base na interpretação técnica ICPC 09, os ágios foram registrados como investimentos, pois, os mesmos fazem parte do investimento adquirido. No balanço os ágios foram classificados como ativo intangível seu por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados nas demonstrações da Companhia.

As informações dos investimentos em controladas são como segue:

Empresas	Valores das investidas				Investimentos		
	Patrimônio	Resultado	Participação	Equivalência	31/12/10	31/12/09	01/01/09
	<u>líquido</u>	<u>do exercício</u>	<u>- %</u>	<u>patrimonial</u>			
Aché International (BVI) Ltd.	1.111	(509)	100,0	(582)	1.111	1.692	1.814
Biosintética Farmacêutica Ltda.	556.532	111.362	100,0	111.362	556.532	558.340	558.183
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	12.019	(324)	50,0	(162)	6.010	-	-
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	18	(71)	100,0	(71)	18	29	17
				<u>110.547</u>	<u>563.671</u>	<u>560.061</u>	<u>560.014</u>

Movimentação dos investimentos em controladas em 2010:

Empresas	2009	Aumento/ custo		Equivalência patrimonial	Dividendos	2010
		atribuído	Variação cambial			
Aché International (BVI) Ltd.	1.692	-	(72)	(509)		1.111
Biosintética Farmacêutica Ltda.	558.340	(244)	-	111.361	(112.925)	556.532
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	-	6.172	-	(162)	-	6.010
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	29	60	-	(71)	-	18
	<u>560.061</u>	<u>5.988</u>	<u>(72)</u>	<u>110.619</u>	<u>(112.925)</u>	<u>563.671</u>

Movimentação dos investimentos em controladas em 2009:

Empresas	01/01/09	Aumento/ custo		Equivalência patrimonial	Dividendos	31/12/09
		atribuído	Variação cambial			
Aché International (BVI) Ltd.	1.814	390	(504)	(8)		1.692
Biosintética Farmacêutica Ltda.	558.183	(245)	-	111.312	(110.910)	558.340
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	17	50	-	(38)	-	29
	<u>560.014</u>	<u>195</u>	<u>(504)</u>	<u>111.266</u>	<u>(110.910)</u>	<u>560.061</u>

Detalhes das transações entre partes relacionadas estão descritos na nota explicativa nº17.

12. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação-%	Controladora (BR GAAP)						01/01/2009
		2010			2009			
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	
Terrenos	-	10.674	-	10.674	9.940	-	9.940	9.940
Edifícios	2,1	183.773	(87.382)	96.391	183.773	(85.402)	98.371	100.358
Instalações	10	36.808	(25.340)	11.468	29.880	(23.144)	6.736	8.670
Máquinas e equipamentos	9	99.208	(67.792)	31.416	92.604	(66.263)	26.341	24.216
Móveis e utensílios	10	17.659	(15.957)	1.702	17.579	(15.507)	2.072	2.650
Veículos	20	1.745	(1.484)	261	1.892	(1.633)	259	214
Computadores	33	19.423	(18.447)	976	19.710	(15.681)	4.029	5.469
Ajuste a valor de mercado	2,1	191.305	(4.750)	186.555	191.305	(2.375)	188.930	191.305
Outros	-	<u>10.130</u>	<u>(6.373)</u>	<u>3.757</u>	<u>9.244</u>	<u>(5.795)</u>	<u>3.449</u>	<u>3.333</u>
		<u>570.725</u>	<u>(227.525)</u>	<u>343.200</u>	<u>555.927</u>	<u>(215.800)</u>	<u>340.127</u>	<u>346.155</u>
Imobilizado em andamento	-	<u>122.963</u>	<u>-</u>	<u>122.963</u>	<u>97.522</u>	<u>-</u>	<u>97.522</u>	<u>94.865</u>
		<u>693.688</u>	<u>(227.525)</u>	<u>466.163</u>	<u>653.449</u>	<u>(215.800)</u>	<u>437.649</u>	<u>441.020</u>

	Taxa média anual de depreciação-%	Consolidado (BR GAAP e IFRS)						01/01/2009
		2010			2009			
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	
Terrenos	-	24.902	-	24.902	22.005	-	22.005	22.005
Edifícios	2,1	214.580	(94.098)	120.482	207.838	(91.153)	116.685	119.052
Instalações	10	43.808	(30.152)	13.656	36.306	(27.396)	8.910	11.273
Máquinas e equipamentos	9	147.025	(97.542)	49.482	134.451	(93.617)	40.834	39.475
Móveis e utensílios	10	18.265	(16.090)	2.175	17.846	(15.561)	2.285	2.835
Veículos	20	2.540	(2.107)	433	2.514	(2.224)	290	337
Computadores	33	22.199	(20.998)	1.201	22.241	(17.886)	4.355	6.376
Ajuste a valor de mercado	2,1	226.488	(5.490)	220.998	226.488	(2.745)	223.743	226.488
Outros	-	<u>12.297</u>	<u>(6.774)</u>	<u>5.523</u>	<u>10.620</u>	<u>(6.027)</u>	<u>4.593</u>	<u>4.425</u>
		<u>712.104</u>	<u>(273.251)</u>	<u>438.854</u>	<u>680.309</u>	<u>(256.609)</u>	<u>423.700</u>	<u>432.266</u>
Imobilizado em andamento	-	<u>122.963</u>	<u>-</u>	<u>122.963</u>	<u>98.042</u>	<u>-</u>	<u>98.042</u>	<u>95.357</u>
		<u>835.067</u>	<u>(273.251)</u>	<u>561.816</u>	<u>778.351</u>	<u>(256.609)</u>	<u>521.742</u>	<u>527.623</u>

Em atendimento ao previsto na interpretação técnica ICPC 10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09, a Companhia efetuou uma análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, que visou realinhar o prazo da vida útil remanescente dos bens, cujos efeitos foram demonstrados a partir de 1º de janeiro de 2009. Para fins dessa análise, especialistas internos emitiram laudo de avaliação em 13 de setembro de 2010, o qual foi aprovado pela Administração da Sociedade. Para a elaboração do laudo, foi considerado o planejamento operacional da Companhia para os exercícios futuros, antecedentes internos, tais como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes, e taxas de vivência dos bens.

A movimentação do imobilizado, está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo no início do exercício	437.649	441.020	521.742	527.623
Adições (líquidas das transferências de projetos encerrados):				
Terrenos	734	-	734	-
Instalações	663	295	999	425
Máquinas e equipamentos	6.604	4.546	9.767	5.635
Móveis e utensílios	261	225	398	279
Veículos	94	227	255	228
Computadores	455	405	636	425
Imobilizado em andamento	32.785	9.611	32.809	9.637
Outros	886	656	1.629	956
	<u>42.482</u>	<u>15.965</u>	<u>47.227</u>	<u>17.585</u>
Saldo proveniente da aquisição da Melcon	-	-	11.373	-
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	-
(-) Baixas líquidas / Transferências	(1.103)	(4.736)	(1.665)	(4.957)
(-) Depreciação	(10.490)	(12.225)	(14.116)	(15.764)
(-) Depreciação ajuste a valor de mercado	<u>(2.375)</u>	<u>(2.375)</u>	<u>(2.745)</u>	<u>(2.745)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>466.163</u>	<u>437.649</u>	<u>561.816</u>	<u>521.742</u>

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam iniciativas de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A menor unidade geradora de caixa determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de unidades produtivas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, para as UGCs, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente e comparado ao valor dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2010 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado e intangível ao seu valor de recuperação.

13. INTANGÍVEL

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
	Marcas (a)	23.154	23.154	23.154	26.060	26.059
Softwares	5.494	6.690	2.934	5.629	6.796	2.933
Ágio - Asta Médica (b)	-	-	-	11.446	11.446	11.446
Ágio - Biosintética Farmacêutica Ltda. (c)	-	-	-	203.942	203.942	203.942
Ágio - Indústria Farm. Melcon do Brasil S.A. (d)	-	-	-	13.901	-	-
	<u>28.648</u>	<u>29.844</u>	<u>26.088</u>	<u>260.978</u>	<u>248.243</u>	<u>244.382</u>

- (a) Representadas marcas adquiridas de terceiros.
- (b) Ágio proveniente da aquisição da Asta Médica Ltda., que foi incorporada em 2003, por sua controladora Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., tendo sido amortizado até 31 de dezembro de 2008 com base na expectativa de rentabilidade futura, restando um saldo de R\$11.446, o qual, segundo estudo de recuperação de ativos realizados pela Companhia, deverá ser mantido em seu ativo, sujeito à revisão das análises de recuperação futura.
- (c) O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2010 inclui o ágio da controlada Biosintética Farmacêutica Ltda., proveniente da incorporação reversa da então controladora Delta Participações Ltda., ocorrida em 31 de março de 2006, sendo ambas 100% investidas pela companhia. O ágio correspondente está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, restando um saldo de R\$203.942, o qual, segundo estudo de recuperação de ativos realizados pela companhia, deverá ser mantido em seu ativo, sujeito à revisão das análises de recuperação futura.
- (d) Ágio proveniente da aquisição da Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. em agosto de 2010, por sua controladora Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. O ágio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida, sendo esse registrado no grupo de intangível.

Em 31 de dezembro de 2010 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do intangível ao seu valor de recuperação.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo no início do exercício	29.844	26.088	248.243	244.382
Saldo proveniente de aquisição de empresas controladas	-	-	7	-
Ágio - Indústria Farm. Melcon do Brasil S.A.	-	-	13.901	-
Adições - Softwares	761	934	824	934
(-) Baixas líquidas/Transferências	46	4.627	66	4.805
(-) Amortização - Softwares	(2.003)	(1.805)	(2.063)	(1.878)
Saldo no fim do exercício	<u>28.648</u>	<u>29.844</u>	<u>260.978</u>	<u>248.243</u>

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Fornecedores nacionais	11.131	6.320	6.386	14.073	9.408
Fornecedores do exterior	<u>2.589</u>	<u>10.075</u>	<u>7.969</u>	<u>3.435</u>	<u>17.270</u>	<u>28.948</u>
	<u>13.720</u>	<u>16.395</u>	<u>14.355</u>	<u>17.508</u>	<u>26.678</u>	<u>37.813</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos anuais - %	Vencimento	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
			Moeda nacional:					
PRÓ-DF (*)	25% do INPC+2,43%	2.024	-	-	-	17.517	18.002	10.208
FINAME	TJLP+1,15% a 5%	2.020	1.653	1.733	915	1.970	2.012	1.388
FINAME	2,95% e 5,50%	2.016	-	-	-	76	-	-
FCO	9,5 a 10%	2.018	-	-	-	2.810	-	-
BNDES	6%	2.012	-	-	-	4.106	6.452	8.797
BNDES	UMBNDDES + 1,5%	2.012	-	-	-	333	534	125
Profarma-BNDES(**)	TJLP + 1,5% a 3%	2.016	<u>211.437</u>	<u>247.131</u>	<u>277.417</u>	<u>211.494</u>	<u>247.223</u>	<u>278.389</u>
			213.090	248.864	278.332	238.306	274.223	298.907
Moeda estrangeira	Libor + 0,95% a 2,85%	2.013	<u>5.681</u>	<u>5.503</u>	<u>12.003</u>	<u>9.204</u>	<u>6.214</u>	<u>13.436</u>
			218.771	254.367	290.335	247.510	280.437	312.343
Parcela classificada no circulante			(65.356)	(61.105)	(61.493)	(71.598)	(64.895)	(65.389)
Exigível a longo prazo (não circulante)			<u>153.415</u>	<u>193.262</u>	<u>228.842</u>	<u>175.912</u>	<u>215.542</u>	<u>246.954</u>

(*) A Companhia mantém um financiamento no Banco de Brasília com prazo de utilização contratado até 2024, cujos valores serão pagos em única parcela ao final de 15 anos contados a partir da liberação. A Companhia registra a dívida pelo seu valor presente, tendo seus efeitos na captação dos recursos contabilizados no resultado operacional e os ajustes decorrentes de alteração de taxa de juros e recomposição do valor original contabilizados no resultado financeiro. O ajuste financeiro é calculado considerando a taxa de juros SELIC projetada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O ajuste a valor presente do referido financiamento foi registrado conforme segue:

	Dezembro de 2010	Dezembro de 2009	Janeiro de 2009
Ajuste a valor presente (passivo não circulante)	(18.625)	(14.609)	(19.049)
Lucros acumulados	-	-	12.003
Dedução de vendas	2.019	1.605	7.549
Resultado financeiro	<u>1.997</u>	<u>(6.045)</u>	<u>(503)</u>
No resultado do exercício	<u>4.016</u>	<u>(4.440)</u>	<u>7.046</u>

- Moeda nacional

Estão substancialmente representados por captação de financiamento no BNDES - Profarma.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	11.109	7.109	5.231	22.631	14.719
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	590	6.595	34	8.229	9.754
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.051	4.400	4.115	5.051	4.400	4.441
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	534	22	-	1.276
Programa de Integração Social - PIS	1.071	933	874	1.071	933	943
Outros	159	223	65	145	254	75
Total	17.390	13.255	17.414	28.954	28.535	26.436

17. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas e seus respectivos saldos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Despesas:						
Juros incorridos pela remuneração das debêntures:						
Biosintética Farmacêutica Ltda.	-	-	4.711	-	-	-
Magenta Participações S.A.	-	-	5.796	-	7.200	5.796
Receitas-						
Industrialização para a Biosintética Farmacêutica Ltda. (a)	24.210	34.990	16.588	-	-	-
Venda de insumos para a Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	66	-	-	-	-	-
Compras-						
Compras de mercadorias da Biosintética Farmacêutica Ltda. (a)	7.441	9.189	8.609	-	-	-
Ativo circulante:						
Contas a receber - Biosintética Farmacêutica Ltda. (b)	1.224	2.811	1.120	-	-	-
Dividendos e partes relacionadas a receber - Biosintética Farmacêutica Ltda. (nota explicativa nº 11)	112.925	110.910	24.112	-	-	-
Adiantamento a fornecedor - Farmaprod	785	502	-	1.648	502	-
Ativo não circulante-						
Debêntures - Magenta Participações S.A.	-	-	-	-	76.965	80.298
Passivo circulante:						
Contas a pagar - Biosintética Farmacêutica Ltda. (b)	818	180	1.325	-	-	-
Dividendos a pagar (nota explicativa nº 20)	139.792	226.657	76.163	139.792	226.657	76.163
Partes relacionadas a pagar - Magenta Participações S.A.	-	-	10.533	-	-	10.533

(a) Industrialização de produtos e prestação de serviços corporativos repassados às sociedades controladas pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.

(b) Saldo de contas a receber e a pagar das referidas transações e reembolso de gastos comuns entre as sociedades através de notas de débito.

A remuneração total dos Administradores foi de R\$5.976 em 31 de dezembro de 2010 (R\$3.565 em 31 de dezembro de 2009)

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível, distribuídos em diversas instâncias. A Administração, com base na avaliação dos assessores legais, constituiu provisão para as causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A composição das provisões por natureza é demonstrado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Tributários	128.618	109.932	86.726	131.772	110.938
Trabalhistas	37.943	27.503	33.921	41.993	31.764	35.729
Contribuições previdenciárias	29.930	27.416	23.457	30.499	27.416	23.457
Cíveis	<u>2.615</u>	<u>1.838</u>	<u>2.308</u>	<u>2.615</u>	<u>1.838</u>	<u>2.310</u>
	199.106	166.689	146.412	206.879	171.956	149.242
Depósitos judiciais	<u>(76.408)</u>	<u>(69.708)</u>	<u>(64.069)</u>	<u>(76.694)</u>	<u>(69.708)</u>	<u>(64.069)</u>
	<u>122.698</u>	<u>96.981</u>	<u>82.343</u>	<u>130.185</u>	<u>102.248</u>	<u>85.173</u>

A movimentação encontra-se apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	2010	2009	2010	2009
Saldo no início do exercício	166.689	146.412	171.956	149.242
Adições ((reversões)/utilizações):				
Tributários	9.357	17.663	9.403	17.647
Trabalhistas	9.239	(8.595)	8.855	(6.564)
Cíveis	<u>777</u>	<u>(470)</u>	<u>777</u>	<u>(470)</u>
	19.373	8.598	19.035	10.613
Saldo proveniente de aquisição de empresas controladas	-	-	2.671	-
Variação monetária	<u>13.044</u>	<u>11.679</u>	<u>13.217</u>	<u>12.101</u>
Saldo no fim do exercício	<u>199.106</u>	<u>166.689</u>	<u>206.879</u>	<u>171.956</u>

Com relação aos processos administrativos e judiciais envolvendo assuntos de natureza tributária mencionados, destacam-se os seguintes:

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
PIS e COFINS (a)	5.309	4.845	4.411
IRPJ/CSLL (b)	41.993	37.613	33.751
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (c)	28.791	25.952	22.210
ICMS (d)	15.300	13.963	12.713
Outros	<u>40.379</u>	<u>28.565</u>	<u>14.661</u>
	131.772	110.938	87.746
Menos-			
Depósitos judiciais	<u>(63.296)</u>	<u>(56.591)</u>	<u>(51.096)</u>
	<u>68.476</u>	<u>54.347</u>	<u>36.650</u>

(a) Ação ordinária que discute a decadência de competências remanescentes do questionamento judicial quanto à majoração de alíquota, Lei nº 9.718/98.

- (b) Dedutibilidade da CSLL no lucro real, dedutibilidade de parcela da correção monetária do balanço no lucro real e na base de cálculo da contribuição social e dedutibilidade de juros sobre o capital próprio na base de cálculo da contribuição social.
- (c) Majoração da alíquota - questionamento do aumento da contribuição ao FGTS em 0,5% calculada sobre a folha de pagamento dos funcionários e do aumento em 10% da multa rescisória.
- (d) Execuções fiscais embargadas, originadas por autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, e processo administrativo originado por meio de auto de infração em que se discute a substituição tributária do Convênio nº 76/94.

A Administração considera que o resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante na posição financeira ou nos negócios da Companhia.

A Companhia efetua, quando necessário, depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010 existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, tributários e administrativos contra a Companhia e suas controladas, para os quais os seus assessores legais classificam a possibilidade de perda como possível, no montante de R\$51.594, portanto não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações, por se encontrarem em fases iniciais devendo se alongar no tempo.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumariados:

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
	Total dos empréstimos (nota 15)	247.510
menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	<u>(501.045)</u>	<u>(448.596)</u>
Dívida líquida	(253.535)	(168.159)
Total do patrimônio líquido	1.034.992	900.772
Total do capital	407.310	407.310
Índice de dívida líquida	(62.25%)	(41.29%)

b) Categorias dos instrumentos financeiros

	Controladora (BR GAAP)	
	Valor contábil e valor de mercado	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Ativos financeiros:		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	120.190	167.138
Contas a receber	114.021	95.635
Passivos financeiros-		
Outros passivos-		
Empréstimos	218.771	254.367

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	Valor contábil e valor de mercado	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Ativos financeiros-		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	501.045	448.596
Contas a receber	179.739	155.766
Passivos financeiros-		
Outros passivos-		
Empréstimos	247.510	280.437

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços. O saldo dos empréstimos e financiamentos é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os saldos financeiros de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), contas a receber de clientes e passivo circulante correspondem ao valor de mercado em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo da conta “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, os saldos devedores existentes nas datas dos balanços correspondem ao valor de mercado ajustado a valor presente.

d) Taxas de juros

A Companhia celebrou contratos com taxas de juros flutuantes substancialmente relacionadas à remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 3% ao ano nos financiamentos e empréstimos contraídos em reais e juros variáveis de Libor acrescida de 0,95% ao ano para os empréstimos em moeda estrangeira. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à remuneração do CDI.

e) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. O saldo da conta “Contas a receber de clientes” está distribuído em diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 10% ou mais do total da receita operacional líquida, nem do saldo a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual dos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes através da avaliação dos créditos de liquidação duvidosa.

f) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores nominais a pagar ou os valores captados no mercado.

Existem valores a pagar denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos, euros, francos suíços, libras esterlinas e ienes), estando, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os totais de ativos e passivos sujeitos à exposição cambial, nas respectivas moedas, estão demonstrados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		(BR GAAP)		(BR GAAP e IFRS)	
		<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Em euros:	EUR				
Ativos		1.067	455	2.013	863
Passivos		<u>(373)</u>	<u>(1.238)</u>	<u>(463)</u>	<u>(1.637)</u>
Exposição líquida		<u>694</u>	<u>(783)</u>	<u>1.550</u>	<u>(774)</u>
Em dólares norte-americanos:	USD				
Ativos		651	860	2.906	869
Passivos		<u>(878)</u>	<u>(6.968)</u>	<u>(1.280)</u>	<u>(10.943)</u>
Exposição líquida		<u>(227)</u>	<u>(6.108)</u>	<u>1.626</u>	<u>(10.074)</u>
Em francos suíços:	CHF				
Passivos		<u>(157)</u>	<u>(91)</u>	<u>(157)</u>	<u>(91)</u>
Exposição líquida		<u>(157)</u>	<u>(91)</u>	<u>(157)</u>	<u>(91)</u>
Em libras esterlinas:	GBP				
Passivos		<u>(3)</u>	<u>(49)</u>	<u>(3)</u>	<u>(49)</u>
Exposição líquida		<u>(3)</u>	<u>(49)</u>	<u>(3)</u>	<u>(49)</u>
Em ienes:	JPY				
Passivos		<u>(350)</u>	<u>-</u>	<u>(350)</u>	<u>-</u>
Exposição líquida		<u>(350)</u>	<u>-</u>	<u>(350)</u>	<u>-</u>

Entre os principais saldos expostos à variação cambial temos:

- Clientes - esses ativos geraram saldo credor de variação cambial nos montantes de R\$8 na controladora e de R\$258 credor no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (saldo credor de R\$25 na controladora e devedor de R\$145 no consolidado em 31 de dezembro de 2009).
- Fornecedores - esses passivos geraram saldo credor de variação cambial nos montantes de R\$ 296 na controladora e de R\$ 53 devedor no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (saldo credor de R\$1.804 na controladora e de R\$6.407 no consolidado em 31 de dezembro de 2009).
- Empréstimos e financiamentos - conforme descrito na nota explicativa nº 15, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$5.681 na controladora e de R\$9.204 no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (R\$5.503 na controladora e R\$6.214 no consolidado em 31 de dezembro de 2009), denominados em dólares norte-americanos. Esses passivos geraram saldo credor de variação cambial no montante de R\$228 na controladora e saldo credor de R\$410 no consolidado (saldo devedor de R\$2.628 na controladora e saldo devedor de R\$3.229 no consolidado em 31 de dezembro de 2009).

g) Contratos com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado.

A administração monitora o nível de liquidez Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado, caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6). Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial e a manutenção de planos de financiamento de dívida. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados consolidado:

	<u>Até</u> <u>1 ano</u>	<u>Até</u> <u>2 anos</u>	<u>De 3 a</u> <u>4 anos</u>	<u>Acima de</u> <u>4 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	17.508	-	-	-	17.508
Financiamentos bancários	71.598	71.570	71.262	33.080	247.510

i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da Companhia são monitorados pela Administração, principalmente aqueles relacionados à variação das aplicações financeiras e dos empréstimos captados. A Administração realizou estudos quanto a análise de sensibilidade sobre os seus instrumentos financeiros e considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido na data das demonstrações contábeis, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, e não identificou efeitos relevantes que pudessem distorcer as demonstrações contábeis tomados em conjunto.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social está composto por 63.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas residentes no País.

b) Reservas de capital

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Reserva especial de ágio	167.767	167.767	167.767
Reserva de ágio na emissão de ações	<u>6.445</u>	<u>6.445</u>	<u>6.445</u>
	<u>174.212</u>	<u>174.212</u>	<u>174.212</u>

A reserva especial de ágio corresponde à contrapartida do ágio incorporado pela Companhia em anos anteriores, deduzido da provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas, cujo efeito líquido corresponde ao benefício fiscal a ser gerado na sua realização e registrado como ativo diferido de imposto de renda.

A reserva de ágio na emissão de ações tem origem na subscrição e integralização das ações preferenciais, as quais foram baixadas no montante de R\$63.577, em contrapartida ao resgate de ações preferenciais.

c) Reservas de lucros

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Reserva legal (i)	43.807	43.807	43.807
Reserva para novos produtos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado (ii)	54.395	54.395	54.395
Reserva de lucros para expansão (iii)	33.650	33.650	33.650
Reserva para incentivos fiscais (iv)	289	-	-
Reserva de lucros não distribuídos (v)	<u>129.946</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>262.087</u>	<u>131.852</u>	<u>131.852</u>

(i) Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em face de o saldo da reserva legal, somado às reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, ter ultrapassado 30% do capital social, a Companhia, em conformidade com o estabelecido no artigo 193 da mesma Lei, decidiu não constituir a reserva legal sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2009.

(ii) Constituída para atender aos gastos de lançamentos de novos produtos, gastos de pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia.

(iii) Retenção de lucro, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para atender aos planos de expansão previstos em orçamento de capital.

(iv) As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e posteriormente são destinadas a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

(v) A retenção referente ao exercício de 2010 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 24 de fevereiro de 2011, o qual será submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária de 2011.

d) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido para constituição da reserva legal de 5% do lucro, conforme a Lei nº 6.404/76. O lucro remanescente terá a destinação que lhe derem os acionistas em Assembleia Geral.

O Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários.

Em dezembro de 2009, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no montante de R\$43.445 (R\$36.928, líquidos do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF), relativamente ao exercício social de 2009, tomando-se como base o lucro projetado para o exercício.

Em Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 23 de março de 2010, foi aprovada a proposta de destinação do lucro apurado no exercício social de 2009 no montante de R\$226.657, sendo pago R\$181.242 durante o exercício de 2010.

Em 01 de dezembro de 2010, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no montante de R\$148.937(R\$126.596, líquidos do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF), tomando-se como base o lucro projetado para o exercício. Adicionalmente, foi aprovada a distribuição de dividendos para pagamento a partir de 2011, no montante de R\$53.429 com base no lucro líquido apurado nas informações de 30 de novembro de 2010.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 foram calculados como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício	332.388	270.101 (*)
Reserva para incentivos fiscais - subvenção para investimentos	<u>(289)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo para os dividendos	332.099	270.101
Realização da reserva de reavaliação de ativo imobilizado	213	1
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente	(202.366)	(43.445)
Reserva de lucros não distribuídos aguardando aprovação de AGO	<u>(129.946)</u>	<u>-</u>
Dividendos propostos a pagar	<u>-</u>	<u>226.657</u>

(*) Resultado auferido antes da adoção do IFRS

21. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(BR GAAP e IFRS)	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita bruta	1.334.543	1.167.780	2.281.820	2.157.167
Devoluções, descontos e outros	(276.200)	(232.313)	(822.840)	(779.229)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(157.964)</u>	<u>(135.949)</u>	<u>(192.944)</u>	<u>(181.985)</u>
	<u>900.379</u>	<u>799.518</u>	<u>1.266.036</u>	<u>1.195.953</u>

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custos variáveis, fixos, demais despesas comerciais e administrativas	384.042	337.074	537.139	519.142
Gastos com pessoal	215.860	188.587	282.853	257.987
Depreciação e amortização	<u>12.493</u>	<u>14.030</u>	<u>16.176</u>	<u>17.642</u>
	<u>612.395</u>	<u>539.691</u>	<u>836.168</u>	<u>794.771</u>

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Provisão para riscos	(10.049)	(5.177)	(10.121)	(7.205)
Resultado na venda de ativo imobilizado	(1.017)	(22)	(1.361)	814
Outras	<u>(65)</u>	<u>1.992</u>	<u>321</u>	<u>9.351</u>
	<u>(11.131)</u>	<u>(3.207)</u>	<u>(11.161)</u>	<u>2.960</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita de juros	15.753	14.319	46.488	42.345
Variações monetárias ativas	5.555	4.746	5.588	4.747
Outras receitas financeiras	<u>424</u>	<u>-</u>	<u>408</u>	<u>-</u>
Total das receitas financeiras	<u>21.732</u>	<u>19.065</u>	<u>52.484</u>	<u>47.092</u>
Despesas de juros	(10.452)	(23.319)	(11.698)	(24.644)
Variações monetárias passivas	(13.051)	(11.781)	(13.236)	(12.360)
Outras despesas financeiras	(720)	(1.414)	(1.277)	(2.086)
Realização de ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.997</u>	<u>(6.045)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(24.223)</u>	<u>(36.514)</u>	<u>(24.214)</u>	<u>(45.135)</u>
Variação cambial passiva	(3.168)	(2.482)	(5.613)	(6.501)
Variação cambial ativa	<u>3.700</u>	<u>6.939</u>	<u>6.157</u>	<u>15.488</u>
Total variação cambial líquida	<u>532</u>	<u>4.457</u>	<u>544</u>	<u>8.987</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.959)</u>	<u>(12.992)</u>	<u>28.814</u>	<u>10.944</u>

25. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar, que abrange todos os seus colaboradores, na modalidade de um Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL, administrado por entidade de previdência privada, no regime financeiro de capitalização. O valor do benefício é calculado em virtude da reserva matemática de benefícios a conceder na data de aposentadoria.

Estão inseridos no plano de aposentadoria oferecido os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por idade reversível ao cônjuge.
- Aposentadoria por invalidez reversível ao cônjuge.
- Pensão ao cônjuge não aposentado reversível a filhos menores de 21 anos.

Os benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão ao cônjuge) foram modelados conforme um plano de contribuição definida.

A Companhia não tem nenhuma responsabilidade quanto ao risco técnico relativo à sobrevivência durante o período de capitalização ou mortalidade após o participante usufruir de benefício ou risco de invalidez no período de capitalização.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência complementar durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 totalizaram R\$2.376 (R\$2.211 em 31 de dezembro de 2009).

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros considerando a concentração de riscos e sua relevância, a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR e bônus aos administradores, não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por aquelas empresas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. A PPR em 31 de dezembro de 2010 era de R\$28.189 (R\$28.512 em 2009).

28. LUCRO POR AÇÃO

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Numerador básico e diluído-		
Alocação do lucro líquido dos exercícios para os acionistas - R\$	332.388	275.151
Denominador básico e diluído-		
Ações disponíveis (em milhares)	63.900	63.900
Lucro líquido por ação básico - R\$	5,20	4,31
Lucro líquido por ação diluído - R\$	5,20	4,31

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2011, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2010, estando aprovadas para divulgação.

Conselho de Administração

Adalmiro Dellape Baptista
José Luiz Depieri
Adalberto Panzenboeck Dellape Baptista
Alexandre Lindenboym
Carlos Eduardo Depieri
Jonas de Campos Siaulys
Luiz Carlos Vaini
Lywall Salles Filho
Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista

Presidente
Vice-Presidente
Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro

Diretoria

José Ricardo Mendes da Silva
Joaquim José Covo
Sidinei Righini
Carlos Alberto Mello
Júlio César Conejero

Manoel Arruda Nascimento Neto
Marcelo Néri
Oswaldo Dias de Castro Junior
Vânia de Azevedo N. de A. Machado

Diretor Presidente
Diretor Executivo Industrial
Diretor Executivo Financeiro
Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento
Diretor da Unidade de Negócio Medicamentos
Isentos de Prescrição
Diretor da Unidade de Negócio Prescrição I
Diretor da Unidade de Negócio Prescrição II
Diretor de Planejamento
Diretora Comercial

Contador

Itacir Alves Nascimento
CRC - SP - 159830/O-9